



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA**



GRACIARA ALVES DOS SANTOS ARAÚJO

**A INTERFACE DA PSICOPEDAGOGIA FRENTE À INCLUSÃO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

João Pessoa
2014

GRACIARA ALVES DOS SANTOS ARAÚJO

**A INTERFACE DA PSICOPEDAGOGIA FRENTE À INCLUSÃO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Psicopedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Ms Márcia Paiva de Oliveira

João Pessoa
2014

A663i Araújo, Graciara Alves dos Santos.

A interface da Psicopedagogia frente à inclusão na educação infantil /
Graciara Alves dos Santos Araújo. – João Pessoa: UFPB, 2014.
64f.

Orientador: Márcia Paiva de Oliveira
Monografia (graduação em Psicopedagogia) – UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Inclusão. 3. Psicopedagogia. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

GRACIARA ALVES DOS SANTOS ARAÚJO

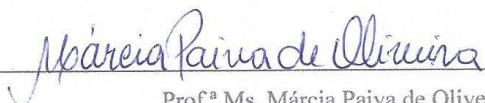
**A INTERFACE DA PSICOPEDAGOGIA FRENTE À INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Psicopedagogia, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

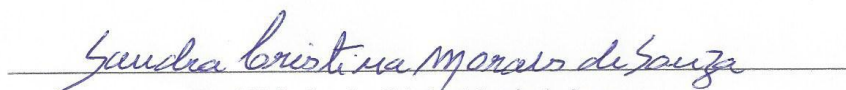
Aprovado (a) em: 18 de agosto de 2014.

Nota 10,00

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms. Márcia Paiva de Oliveira
Professor do departamento de Psicopedagogia/CE/UFPB
(Orientador)



Prof.^a Ms. Sandra Cristina Morais de Souza
Professor do Departamento de Fundamentação da Educação/CE/UFPB
(Examinador)

Data da defesa: 18 de Agosto de 2014

João Pessoa
2014

Dedico este trabalho aos meus amados e queridos pais, especialmente a minha mãe, que sempre me apoiou em tudo e que me ensinaram os valores da vida e que sempre acreditou na minha vitória, e ao meu amado marido Alan, que esteve presente comigo e me dando força quando precisava.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Deus, meu Senhor, meu Pai que está no céu e intercede por mim, pois é à base da minha vida. Por seu infinito amor, misericórdia, cuidado, fidelidade, bondade para comigo, está presente em todos os momentos que me sustenta e me sustentou e mostrando sempre uma forma de contornar os momentos de angústias. Por isso a ele eu deixo o meu ETERNO muito Obrigado meu Deus, pois minha vida não teria sentido se o Senhor não existisse nela, sem ELE não seria nada.

Como também quero agradecer imensamente a minha MÃEZONA, por ter dedicado seu tempo para me dar força e sempre ter acreditado em mim nos momentos que até eu mesma cheguei a duvidar que conseguiria, mantendo sempre uma palavra amiga e o colo nas horas em que mais precisei, Obrigada minha mãe querida por tudo, pois tudo que sou hoje devo a ela por ter me ensinado com seu jeito todo simples e maravilhoso de ser um modo de ver a vida com amor, carinho, que só consegui chegar onde cheguei graças ao seu apoio incondicional, obrigada por tirares forças de onde não tinhas para me apoiar e me ajudar, obrigada pelas orações constantes pela minha vida e por teu grande amor que nem todo dinheiro que eu lhe desse no mundo poderia pagar tudo que és pra mim. Não tenho palavras para descrever o quanto TE AMO meu exemplo de vida “minha mãe”. Ao meu pai, meu paizinho querido, deixo um muito obrigado do fundo do meu coração, pelo apoio emocional, financeiro, pela credibilidade, amor, carinho. Por estar sempre presente em minha vida e não medir esforços para que conseguisse realizar meus sonhos, estando sempre me ajudando no que fosse possível. TE AMO muito!

Agradeço ao meu maninho Neto, por sempre me dar forças, apoiar meu sonho, pelo amor e por sempre estar ao meu lado durante toda vida, me dando incentivos para continuar a minha caminhada. Te amo!

Sou imensamente grata ao meu querido e amado “maridão” Alan Galdino, por estar sempre presente nos momentos em que mais preciso sempre me dando aquele apoio, até mesmo quando pensei em desistir, nunca desistindo de mim e sempre tentando me mostrar o lado bom de tudo. Não tenho palavras para expressar o quanto você meu amor é especial em minha vida e o quanto TE AMO. Você foi e é uma peça fundamental da minha vida, pois sem você, sem o seu apoio talvez não estivesse aqui. Sempre acreditando no meu potencial e me incentivando quando precisava me dando aquela injeção de ânimo. Meu amor, só tenho que agradecer a Deus por ter posto uma pessoa tão maravilhosa em meu caminho que é você “meu bem”. Então deixo registrada aqui minha eterna gratidão a ti meu anjo, obrigada por tudo pelo o incentivo, o companheirismo, por acreditar e me mostrar que sou capaz. E principalmente obrigada por me suportar por tantos anos;

Como também deixo um agradecimento todo especial as minhas tias e tios que sempre me apoiaram em tudo e me deram a maior força para persistir no meu sonho. A minha vizinha, Maria das Neves, por ser meu exemplo, meu orgulho. Por acreditar no meu sucesso e me apoiar em todos os momentos da minha vida.

Agradeço também aos docentes que fizeram parte da minha caminhada acadêmica, a todos que deixaram um pouquinho de si em mim e que levaram um pouquinho de mim em si. Obrigada por compartilhar conhecimentos e ensinarem além do valor científico das coisas, o valor da vida acima de tudo. Vocês sempre serão fundamentais em meu sucesso (Norma, Adriana, Carla, Andréia, Célia, Mônica, Milagres, Patrícia, Silvestre, Márcia). Um agradecimento todo especial para a minha professora orientadora Márcia Paiva, por ter me ensinado grandes coisas e por ter realmente aberto as portas da universidade para me, pelos

momentos de conversas, ajuda, dedicação e compreensão, por ser essa professora muito especial em minha sou imensamente grata a senhora.

Agradeço a Sandra Cristina, por ter aceitado meu convite tão especial em fazer parte da minha banca.

A minha grande amiga, irmã, parceira etc. Janaína, por está sempre ao meu lado, me apoiando emocionalmente, me dando força para não desistir, por me mostrar que amigos de verdade realmente existem e que são verdadeiros seres de luz em nosso caminho. Quantas vezes entrei em desespero e você sempre me dizendo o quanto sou capaz. Também sou muito grata a minha querida amiga Elaine, que desde o início do curso acompanhou todos os meus passos, e a cada dia nossa amizade se fortalecia ainda mais, sempre me dando aquela força.

As minhas amigas Magali, Cris e Leide, que me ajudaram com aquela força nos momentos em mais precisei, que muitas das vezes foram desesperador, mas vocês estavam ali presente me dando aquela força e torcendo pelo o meu sucesso na arquivancada da vida. A minha querida Bolha, por tantos apereios dessa vida acadêmica sempre procurava saber como eu estava e tentava me ajudar no que fosse preciso.

A minha querida turma, pelos anos compartilhados e pelas experiências vividas.

Agradeço ao meu querido e amado FUNDÃO, iniciando pela minha querida amiga Samys não tenho palavras amore mio para falar o quanto você foi e é importante para a minha vida, muito grata por toda a força, apoio, ajudas, carinho, conselhos...; A Jaci por ser essa mãezona que sempre se preocupa, ama e cuida; A minha querida Nega Djailma pelo seu carinho, pelo seu amor e principalmente pela suas broncas e sem falar que foi a minha principal parceira para a construção deste trabalho, Obrigada minha Nega; Camila Silva, pelo grande apoio desde o início, pela linda amizade, pelo carinho, pela preocupação, amo muito você minha amiga; a minha Karol, minha linda que amo muito, obrigada por todo o seu carinho e companheirismo; a Lubiana por todo o seu carinho, amor; A Gibelli e Jessyka, pela amizade e risadas compartilhadas; a Cinthia pelas nossas conversas e risadas que alegrava o meu dia; por fim a Juliana Fonseca que talvez não seja do fundão, mais é um pessoa muito especial pra mim. A todas, minha eterna gratidão por tudo, por todos os momentos compartilhado. Amo todas vocês;

Agradeço a todos e todas que contribuíram de direta ou indiretamente com meu crescimento acadêmico e pessoal em todos esses anos, desejo muito sucesso e realizações a todos.

ENFIM A TODOS UM MUITO OBRIGADO!!!

Nada grandioso pode-se fazer na vida sem um sentimento poderoso.

Lev Vygotsky

ARAÚJO, Graciara Alves dos Santos. **A interface da Psicopedagogia frente à inclusão na Educação Infantil.** Trabalho monográfico de conclusão de curso de graduação em

Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Orientado pela Prof^ª Ms. Márcia Paiva de Oliveira, João Pessoa, 2014.

RESUMO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, visa o desenvolvimento integral da criança utilizando práticas do cuidar e educar, através da valorização do brincar, do lúdico como meio de expressão natural e de crescimento da criança, na intenção da complementação da educação familiar, e sociocultural. Nesse sentido é um avanço focalizar desde esta primeira etapa do ensino formal um plano de educação inclusiva que envolva a criança já na primeira infância para seu desenvolvimento global, possibilitando a deficiência ser o ponto de partida para suas potencialidades, e não de chegada, oportunizando de forma mais igualitária o ensino, favorecendo seu futuro, e proporcionando oportunidades substanciais na sociedade. Incluir desde a educação infantil significa romper com o atual padrão educacional, buscando um caminho para que a escola possa constituir sua ação formadora para todos os que dela participam. Partindo dessa premissa objetiva-se delinear possibilidades de intervenção psicopedagógicas para inclusão na educação infantil. Participaram desta pesquisa 10 professores da Educação Infantil e 1 psicopedagoga institucional. O enfoque deste construto foi a pesquisa de levantamento de dados, que se propôs a catalogar a concepção dos docentes a respeito da inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil. Diante dos dados coletados, e resultados do estudo, foi possível notar que a maior parte dos docentes almejam melhorias na dinâmica pedagógica. E que a maior dificuldade citada sobre a inclusão relaciona-se à questões curriculares, e formato da escola regular. Deste modo foi perceptível que diversas mudanças são essenciais para a inclusão escolar de alunos com deficiência na Educação Infantil, e que exige compromisso amplo de todos.

Palavras chaves: Inclusão, Educação Infantil, Psicopedagogia.

ARAÚJO, Graciara Alves dos Santos. **The interface of Psychology opposite inclusion in Early Childhood Education.** Monograph of completion of undergraduate degree in Psychology at the Federal University of Paraíba. Guided by Prof^a. Ms. Márcia Paiva de Oliveira, Joao Pessoa, 2014.

ABSTRACT

The Child Education, the first step of Basic Education, aims the integral development of child using practices from care and education through the appreciation of the play, the playfulness as a means of expression and natural growth of the child, with the intention of complementing the family education, and sociocultural. In this sense it is an advance to focalize on this first stage of the formal education, a plan for inclusive education that involves the child in infancy for their overall development, enabling the deficiency to be the starting point for their potential, not the arrival, providing opportunities for form more equal education, favoring its future, and providing substantial opportunities in the society. Include since Child Education means breaking with the current educational standard, seeking a path to the school can be a formative action for all who participate. From this premise aims to outline possibilities of psychopedagogical intervention for inclusion in early child education. Participated in this survey 10 teachers from and first institutional psycho. The focus of this construct was the survey research data, they set out to catalog the teachers' conception about the inclusion of disabled students in Early Childhood Education. From the data collected, and results of the study, it was noticeable that most teachers aspire improvements in pedagogical dynamics. And that the greatest difficulty mentioned about inclusion relates to curriculum issues, and the regular school format. Thus it was apparent that many changes are essential for school inclusion of students with disabilities in child education, and that requires extensive commitment of all.

Key-words: Inclusion, Child Education, Psychopedagogy,

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO	14
2.1 As leis que regem a Educação Infantil.....	16
2.2 Cuidar, brincar e educar na educação infantil.....	18
3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	20
3.1 Inclusão na Educação Infantil: o x da questão.....	23
3.2 As várias formas de incluir.....	25
3.2.1 Na família	25
3.2.2 Na escola.....	27
3.2.3 Na sala de aula.....	28
4 A PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO INCLUSIVO	31
4.1 Intervenção psicopedagógica frente à inclusão na Educação Infantil.....	33
5 PERCURSO METODOLÓGICO	37
5.1 Delineamento da pesquisa.....	37
6 ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS ACHADOS	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES E ANEXOS	62

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como foco pesquisar a interface da Psicopedagogia frente à inclusão na Educação Infantil junto às crianças com deficiência. Trata-se de um estudo teórico empírico, que busca fazer um diálogo entre teoria e campo de pesquisa.

A Educação Infantil consiste em uma modalidade de ensino para crianças antes de sua entrada no Ensino Fundamental. É fornecida geralmente para os infantis de até cinco anos de idade. Nesta modalidade de educação, as crianças têm seus estudos voltados e sempre estimulados de forma lúdica, que são necessárias para desenvolver as capacidades motoras e cognitivas, além do desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança, ajudando sempre a fazer novas descobertas e iniciando, assim, o processo de alfabetização.

Atualmente a Educação Infantil tem um cunho obrigatório, que antes só era considerado indispensável o Ensino Fundamental e Médio. A Educação Infantil, que é a primeira etapa da Educação Básica foi relegada por muito tempo, mesmo com os clamores sociais e as construções teóricas que preconizam a importância da participação da criança nessa modalidade de ensino, para o desenvolvimento infantil no momento próprio.

Em se tratando da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, essa é um fator que pode possibilitar o desenvolvimento do infante. Pois, a inclusão escolar é um contíguo de elementos, ação e efeitos que tenta desenvolver globalmente o indivíduo com deficiência. Isso posto, a inclusão também favorece o combate à exclusão aos benefícios de uma vida em sociedade, que muitas vezes acompanha a realidade de pessoas com deficiência.

O termo incluir é uma novidade no âmbito da escola regular, principalmente na Educação Infantil. Mesmo estando por lei garantida a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, isso ainda não é uma realidade concreta, pelo menos não no sentido da efetivação de um trabalho educativo adequado e especializado. Pois, para que isso venha ocorrer é indispensável ser desvelado, para que assim possa ser compreendido por todos e aceito sem resistências.

Entretanto, imaginar os avanços da inclusão na Educação Infantil é perceber a importância desta para o desenvolvimento global das crianças com deficiência, desde a sua primeira infância, de maneira que venha a lhes favorecer um futuro mais justo, onde possa passar a conviver, em um mundo igual para todos. Incluir desde a Educação Infantil significa romper com o atual padrão educacional, buscando um caminho para que a escola possa fluir, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam (DRAGO, 2011). Pensando desta forma, estamos almejando uma escola que seja inclusiva. Mas, para isso é necessário

que, urgentemente, seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

Dentro desta perspectiva, surge o dilema sobre o porquê não começar a incluir desde as séries iniciais, então com base neste enfoque, foi identificado à contribuição que este construto, que busca mostrar a importância de uma inclusão desde a Educação Infantil, pois a partir do momento que a criança com deficiência é incluída nesta educação, irá lhe proporcionar um grande ganho em sua vivência social.

A importância em debater sobre esta temática justifica-se pelo fato de que para pessoas com deficiência adentrarem na escola desde a educação infantil é algo muito raro de se acontecer, tanto em ambientes públicos quanto no âmbito privado, mesmo já se falando tanto nos impactos da intervenção para o desenvolvimento da criança com deficiência.

Neste sentido, vale ressaltar Martins (2010, p.19) quando enfatiza a “importância do desenvolver deste construto, trazendo uma contribuição sobre a inclusão desde a Educação Infantil, pois são inúmeras as preocupações que envolvem este processo”. Mas, o mais importante que pode ser realizado é aceitação das diferenças das crianças com deficiência por toda a comunidade escolar.

É fato que inclusão causa certo desequilíbrio na estrutura escolar, pois por mais organizadas que sejam estas instituições, acabam produzindo alguma forma de exclusão. A demanda de conteúdos escolares são tantos, que acabam tornando alunos, professores e pais reféns de um programa que pouco respeita as particularidades e interesses das crianças. Isso, sem falar em algumas barreiras que ainda faltam serem derrubadas como: ausência de formação dos professores para atender estas crianças sem segregá-las, ausência de rampas, banheiros adaptados e recursos pedagógicos adaptáveis às necessidades de cada indivíduo e um acompanhamento de diversas áreas para dar um suporte a este trabalho (psicopedagogo, fonoaudiólogo, entre outros).

Na Educação Infantil, a inclusão exerce uma enorme importância, já que nesta etapa são fornecidas propostas que aspira ao desenvolvimento da criança como um todo. Deste modo, acontece nesta fase, o primeiro contato da criança com a própria deficiência, com o mundo novo que a escola tem para mostrar. Portanto, o conhecimento acerca das particularidades desse processo é imprescindível.

Partindo dessa premissa, pretende-se realizar esse construto a partir do seguinte foco: Delinear possibilidades de intervenção psicopedagógicas para inclusão na Educação Infantil. Especificamente priorizando os seguintes objetivos: Conhecer a concepção de professores da Educação Infantil sobre a inclusão de crianças com deficiência; Identificar alternativas de

ação interventiva adequada à Educação Infantil; Discutir a ação do psicopedagogo como agente orientador de docentes no processo da inclusão na Educação Infantil. Até mesmo por que, só partir destes pontos pode-se identificar uma forma de incluir o aluno da Educação Infantil com deficiência fazendo com que suas possibilidades de aprendizagens sejam ampliadas?

Pretendo com isto que a partir deste paradigma inclusivista, mudar o olhar acerca da concepção assistencialista e da educação compensatória para essas crianças com deficiência, propondo que esse olhar seja voltado para o desenvolvimento integral deste cidadão, tornando assim uma educação que está voltada para um espaço de conquistas e descobertas em seus diversos contextos, seja ele, psicológico, físico, social e intelectual, bem como, ao atendimento das necessidades básicas das crianças (afetivas, físicas e cognitivas).

Entretanto, infelizmente ainda são pouquíssimas as instituições que fazem de sua Educação Infantil realidades de inclusivas. Algumas ainda integram as crianças achando que estão incluindo. Contudo, há uma diferenciação enorme entre incluir e integrar: em meio ao processo de integração, os alunos têm de mudar para se adaptarem às exigências da instituição escolar, ao passo que na inclusão, é a escola que se adapta ao aluno com deficiência.

Para aprofundar o entendimento dessa temática, empreenderemos esse estudo que será norteado por este construto, que foi organizado contemplando os seguintes itens: Introdução; Referencial Teórico, que trata da Educação Infantil e da Inclusão; Metodologia, contendo: participantes, instrumentos, procedimento e análise dos dados; Resultados e Discussões; Considerações; Referências e, por fim, os Apêndices e Anexos.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Por um longo tempo, a educação das crianças pequenas era atribuída à responsabilidade da família ou da comunidade ao qual a mesma pertencia, ou seja, era junto aos adultos e com outras crianças que fazia parte do seu convívio que aprendia a fazer parte do grupo, seja participando de tradições que era importante para o grupo e ter o domínio de conhecimentos necessários para a sua sobrevivência e assim auxiliá-lo a enfrentar os desafios da vida adulta. Conforme Craidy e Kaercher (2001, p.13) “[...] não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar esta responsabilidade pela criança com seus pais ou com a comunidade com a qual fazia parte.” Sendo assim, isto remete a entender que a Educação Infantil que conhecemos hoje, é um fato até recente.

Submetendo-nos a entender que, esta história só se tornou possível porque a própria sociedade modificou o seu olhar para o que é ser criança, desta forma passou-se a reconhecer a relevância deste momento da infância. Ressaltando que, “[...] pelo fato de mudarem, tanto a maneira de considerar o fenômeno (educação) quanto os sujeitos (crianças), isto não quer dizer q tal mudança represente sempre progresso, melhoria, aperfeiçoamento, como costumamos pensar.” (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p.14)

As primeiras instituições para a Educação Infantil surgiram nos séculos XVI e XVII, e esteve de certa forma relacionada à escola e ao pensamento pedagógico moderno.

[...] foram importantes, para o nascimento da escola moderna, uma série de outras condições: uma nova forma de encarar a infância, que lhe dava um destaque que antes não tinha; a organização de espaços destinados especialmente para educar crianças, *as escolas*; o surgimento de especialistas que falavam das características da infância, da importância deste momento da vida do sujeito e de como devem organizar as aulas, os conteúdos de ensino, os horários, os alunos, distribuir recompensas e punições, enfim estabelecer o que é e como ensinar (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p.14).

Logo após, as escolas vieram o surgimento das creches e pré-escola, que teve o papel a priori da Educação Infantil desempenhar uma função de assistencialismo, Heidrich (2001, p.1), afirma que o Brasil nesse período “[...] perdurou por quase um século e só perdeu força quando a Constituição de 1988 tornou o segmento um dever do Estado e fortaleceu seu caráter educativo”, esta ideia de assistencialismo proposto pela educação infantil perpassava em todo mundo, como ressalta Kuhlmann Jr:

A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular

difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades (2000, p.14).

A partir disto, surgiram as primeiras escolas tendo como objetivo de sustentar as classes submissas no mesmo patamar, recebendo apenas a mesma assistência básica, pois só assim os pais dessas crianças pobres poderiam continuar trabalhando mantendo assim, o alto nível econômico da classe dominante. Após a revolução industrial, a mulher passou a compor também o mercado trabalhista, e em consequência disto houve uma enorme necessidade de aumentar o número dessas instituições, já que as mães não poderiam mais cuidar de seus filhos, carecendo assim de uma ajuda do governo para dispor de escolas que cuidassem dos seus filhos por tempo integral, partindo dessa premissa Kuhlmann Jr, ressalta que,

As instituições de educação infantil tanto eram propostas como meio agregador da família para apaziguar os conflitos sociais, quanto eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar. As ideias socialistas e feministas, nesse caso, redirecionavam a questão do atendimento à pobreza para se pensar a educação da criança em equipamentos coletivos, como uma forma de se garantir às mães o direito ao trabalho. A luta pela pré-escola pública, democrática e popular se confundia com a luta pela transformação política e social mais ampla (2000, p.11).

Por meio desta situação compreende-se que as mudanças que aconteceram na sociedade alcançaram diretamente o funcionamento da educação, pois só assim as instituições no âmbito escolar necessitaram atender, além das precisões das crianças, como também as necessidades das famílias brasileiras.

Após a promulgação da Constituição da República de 1988, a educação passou a ser tratada como contexto de suma importância e como direito da criança, e passou a ser dever do Estado garantir esse direito. Em busca dessas melhorias Heicrich, ressalta a Constituição de 1988 “como um marco que rompeu a tradição assistencialista” e completa dizendo:

[...] dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria de qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade

de qualificação dos profissionais, que resultou no documento por uma política de formação do profissional de Educação Infantil (2010, p. 1).

A partir deste contexto, pode-se afirmar que a educação infantil passou a ser primeira etapa da Educação Básica, pois a mesma ajuda no desenvolvimento físico, intelectual, psicológico e social do infante. É um indispensável percurso a ser atravessado pela criança em idade adequada a esta educação, pois tratar-se da mais conveniente forma de socialização e aprendizado que antecede o Ensino Fundamental. Com isso, minuta-se a sua acuidade diante da inclusão das crianças nestes ambientes de cuidado e educação, pois é nesta etapa que irá apresentar tantas oportunidades que favorecerão o desenvolvimento integral infantil.

2.1 As leis que regem a educação infantil

Desde a Constituição Federal de 1988 no art. 208 diz que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco)anos de idade”, ou seja, a educação e o cuidado na primeira infância vem sendo um direito assegurado aqui no Brasil, porém só a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada no dia 20 de dezembro de 1996, a inserção da Educação Infantil passa então a ser deliberada como a primeira etapa da Educação Básica, firmando assim o reconhecimento de que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o cumprimento de sua finalidade, afirmada no Art. 22 da Lei: “a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

Assim, a Educação Infantil recebeu um destaque mais peculiar na LDB, como pode ser visto nos seguintes trechos:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 1996).

Em virtude ao atendimento a esta lei criada pela LDB (Lei 9.394/96) que constitui como sendo a Educação Infantil a primeira etapa para a Educação Básica, foi então elaborado um material específico para auxiliar o educador na realização de seu trabalho educativo diário junto às crianças pequenas, que foi o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RECNEI.

Este documento é fruto de um amplo debate nacional, no qual participaram professores e diversos profissionais que atuam diretamente com as crianças, contribuindo com conhecimentos diversos provenientes tanto da vasta e longa experiência prática de alguns, como da reflexão acadêmica, científica ou administrativa de outros. Ele representa um avanço na educação infantil ao buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista das creches e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas. O **Referencial** foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira (BRASIL, 1998).

Sendo este documento traz um conjunto de orientações e referências pedagógicas que apontam contribuições para a prática educativa de qualidade para as crianças. Pois, exerce a função de contribuir com políticas e programas de Educação Infantil, trocando informações, discussões e pesquisas, auxiliando o trabalho educativo dos profissionais da área. Levando em consideração a criança com as suas particularidades afetivas, sociais, emocionais e cognitivas, seguindo os seguintes princípios:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (BRASIL, 1998).

Porém, este documento leva em conta e respeita a diversidade brasileira e as inúmeras propostas curriculares de Educação Infantil, em virtude a isto possui uma proposta aberta e flexível, não mantém um caráter obrigatório, pois, ao manter este caráter propende o favorecimento do diálogo com propostas e currículo que se estabelecem no cotidiano das instituições. Nessa perspectiva, o uso do RCNEI só tem sentido se explicar a vontade dos sujeitos que estão

diretamente envolvidos com este tipo de educação, incorporando o projeto educativo no qual estão ligados, procurando sempre uma melhoria de qualidade e assim corroborar para uma melhor Educação de seus infantis.

2.2 Cuidar, brincar e educar na Educação Infantil

Apesar de nos encontrarmos em meio a século XXI, ainda é possível deparar-se com sujeitos que se referem aos trabalhos realizados na Educação Infantil como sendo excepcionalmente, assistencialista, ou seja, acreditam que as crianças que frequentam esta modalidade de instituição para apenas serem cuidadas enquanto seus pais trabalham. No qual estes cuidados resumem-se apenas em higiene, alimentação e prevenção de acidentes. Porém a Educação Infantil passou a ser não apenas uma questão de cuidados para com a criança ou de atendimento às necessidades das famílias que trabalham, mas um direito à educação como fator de desenvolvimento da criança. Pois, a EI é antes de ser um nível de ensino é um espaço de aprendizagens e construção de conhecimentos. Respalhando o exposto a Lei estabelece que:

[...] caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças (BRASIL, 2010).

Pois, ao adentrar na escola ainda na primeira infância, o infante terá a oportunidade de se socializar com pessoas de fora do seu contexto familiar, e assim pode ter um melhor desenvolvimento em sua linguagem, na sua coordenação motora e encarar situações particulares, pois, todas as atividades, por mais lúdicas que sejam, têm um intento pedagógico. Eles estão brincando, mas não estão brincando por acaso.

Cada brincadeira tem sua própria finalidade, objetivo que vem por sinal a desenvolver alguma habilidade na criança. “A brincadeira infantil representa o aprendizado. É uma ação privilegiada no desenvolvimento humano, principalmente na infância, pois é um meio para a elaboração e a reelaboração do conhecimento” (BRASIL, 1998). Brincar é uma maneira de atuação cognitiva pela qual a criança interpreta, entende e abstrai a realidade, visto que simula esse fato. Uma vez que é por meio de situações lúdicas que a criança tem a chance de se

apropriar de novos conhecimentos, pois é através delas que conseguem levantar hipóteses, interagir (com colegas, situações e objetos), pensar, confrontar diferentes pontos de vistas e assim vivenciar verdadeiras situações de comunicação.

O seu papel, nesse processo, é fundamental. Conhecer o jogo, criar e propor, com base nele, situações-problema desafiadoras é uma de suas tarefas, bem como observar as tentativas do aluno durante o jogo, apoiando-o quando surgirem às dificuldades e estimulando-o a desenvolver suas potencialidades. É preciso assegurar a cada participante do jogo o direito de pensar, expressar o pensamento, negociar as ideias e criar outras com base nas discussões realizadas, ou seja, ele deve ter o direito de viver intensamente o jogo de forma prazerosa e enriquecedora (BRASIL, 1998).

Portanto, o lúdico promove o bem estar da criança, no seu desenvolvimento físico, motor, intelectual, emocional, moral e social, instigando o seu interesse pelo processo de conhecimento. Sempre lembrando que, isso deve acontecer num processo prazeroso, que valorize o lúdico, a cultura, as múltiplas formas de comunicação, o diálogo, bem como a interação. Nessa perspectiva, competem aos profissionais comprometidos com uma educação de qualidade, a incumbência de desmitificar determinadas ideias e conceitos sobre o trabalho desenvolvido na Educação Infantil, para que outros indivíduos possam compreender e valorizar a importância do trabalho realizado neste ambiente com as crianças.

Tais afirmações não excluem o cuidar na Educação Infantil. Contudo tudo é feito de modo concomitante. Ao cuidar se trabalha as questões do educar e ao trabalhar o desenvolvimento global das crianças (cognitivo, afetivo, psicomotor e social) se cuida e se protege para que nenhum infortúnio venha a acontecer. Ou seja, são duas faces da mesma moeda: não se separa o cuidar do educar na Educação Infantil.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é de fato um abalo mundial de luta de pessoas com deficiências e seus familiares na procura dos direitos e espaço na sociedade. Assim como ressalta Martins, Pires e Pires (2008, p. 18) “[...] o movimento que foi denominado de inclusão vem influenciando as políticas e desafiando as comunidades, em todo o mundo.” É notável que a inserção de pessoas com deficiência vem sendo ecoado em todo o mundo, até mesmo porque, é algo que vem sendo muito debatido ultimamente. E falar sobre a Educação Inclusiva significa dizer que é um direito assegurado a todos os estudantes, sem exceção, de acordo com o que coloca Visca:

[...] a educação inclusiva significa assegurar a todos os estudantes, sem exceção, independente da sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiológicas, a igualdade de oportunidades educativas, para que, desse modo, possa usufruir de serviços educativos de qualidade, conjuntamente com outros complementares, e possam beneficiar-se igualmente da sua integração em classes etariamente, com o objetivo de serem preparados para uma vida futura, o mais independente e produtiva possível (2004, p.41).

Para se discutir sobre a inclusão escolar é necessário refletir o significado atribuído à educação, além de reformular nossas concepções e ressignificar o procedimento de construção do indivíduo como um todo, entendendo a complexidade e amplitude que está atrelado a tal assunto. Este paradigma da inclusão perpassa ao longo dos anos a busca da não exclusão escolar e sugeri meios que garantam o acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino regular. Porém, o paradigma da segregação está fortemente enraizado nas escolas e com grandes parábolas e barreiras a se encarar, onde reforçam a ideia e o desejo de mantê-los em espaços especializados.

Falando dessa forma Martins, Pires, Pires (2010, p.17) enfatizam que “a escola não é planejada para atender a demanda da diversidade de pessoas, que está voltada mais para a padronização”, para que assim consiga atingir seus ideais educativos daqueles que são considerados “normais”, e assim, vem segregando e excluindo de várias maneiras, os que não contemplam este padrão de “normalidade”, por sempre requerem respostas específicas dentro do processo de aprendizagem. Sendo assim, a inclusão deve ser concebida como uma responsabilidade coletiva de todos do grupo escolar, portanto se houver êxito ou fracasso a responsabilidade partilhará com todos os envolvidos neste ambiente escolar.

Então, a Educação Inclusive demanda de toda sociedade compromisso e competência, para que só assim possa suceder na prática. Passar a existir então um dos maiores desafios da

educação, fazer com que o processo de inclusão torne-se realidade. Como enfatiza Drago (2011, p. 146), que a escola é um espaço de aprendizagem e enquanto instituição educativa deve estar preparada para acompanhar crianças, adolescentes e jovens ao longo do seu desenvolvimento, tornando-os criativos e autônomos.

Rematamos então a relevância que, jamais haverá inclusão se a sociedade se sentir no direito de escolher quais os deficientes poderão ser incluídos. É preciso que as pessoas falem por si mesmas, pois sabem do que precisam de suas expectativas e dificuldades como qualquer cidadão. Mas não basta ouvi-los, é necessário propor e desenvolver ações que venham modificar e orientar as formas de se pensar na própria inclusão.

A Educação Inclusiva é antes de qualquer outro ponto uma questão de direitos humanos, pois defende o não segregamento de nenhuma pessoa como decorrência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem ou de pertencer a uma minoria étnica, até mesmo porque seria algo que decorreria contra os direitos humanos.

Desta maneira, a Educação Inclusiva carece ser compreendida como um investimento a mais para atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer estudante do sistema educacional é como um meio de assegurar que os mesmos, que apresentam alguma deficiência, venham ter os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular. Desse modo, o conceito de inclusão aborda as diversas situações que induzem à exclusão social e educativa de muitos educandos. Concordando com Rodrigues (2006) quando diz que a Educação Inclusiva pretende:

Proporcionar a todas as crianças uma experiência educativa de qualidade, não segregada e respeitadora das diferenças individuais por muito aparentes que sejam, parece ser um meio seguro para a formação de valores que possam ser preventivos de situações mais tardias de ostracismo e conflito (2006, p. 12).

E dessa maneira, faz menção não somente aos educandos com deficiência, seguindo assim oferecendo as suas respostas educativas e ganhando o apoio apropriado. Mesmo que este conceito permaneça evoluindo, nessa ocasião pode ser muito benéfico considerá-lo como atuante de mudança conceitual. Sobretudo, quando defende que não basta que os educandos com deficiência permaneçam integrados às escolas comuns, mas que eles precisam compartilhar inteiramente da vida escolar e social dessa comunidade escolar. Desta maneira, significa dizer que as instituições devem estar devidamente preparadas para acolher e educar a todos os alunos e não somente aos que são considerados como “educáveis”.

No Brasil de hoje ainda tem muito que fazer para que ocorra o processo de inclusão na prática escolar, ou seja, para que venha a acontecer de fato a Educação Inclusiva vindo assim a evitar a educação segregada. Verifica-se hodiernamente, que os professores precisam estar mais bem preparados para atender esta demanda. Para este grande desafio, se faz necessário mudar, ressignificar os modelos de aprendizagem por não estarem adequados ao momento que se vive. É hora de construir novos modelos de ensino, ressignificando-os e pensar na formação acadêmica destes educadores como de fundamental relevância para este processo. O documento sobre a escola destaca que ela deve organizar-se “[...] de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno” (BRASIL, 2004). Afirma que:

Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. [...] Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados (p. 9).

Portanto, nota-se que é uma definição ampla e abrange não somente aos deficientes, mas toda a variedade e diversidade da população escolar. Afirmando ainda com este documento que o educando é o foco da ação educacional, que a qual habilita para a cidadania. Deste modo, a escola deve reconhecer a particularidade de cada educando e respeitar suas potencialidades.

A finalidade de tornar a educação acessível a todos os membros de uma comunidade (mencionado na maioria dos documentos oficiais) vai de encontro com a rigidez dos tempos, a disposição à homogeneização e a ânsia de obter um alto desempenho (medidas da qualidade). Sendo assim, a incoerência no âmbito educacional expede às condições sociais mais amplas e à tendência excludente da dinâmica social (LAPLANE, 2006).

Entretanto, o amplo esforço de preparação conceitual e de reflexão sobre as práticas, efeitos e impactos na construção dos indivíduos, em suas trajetórias, perspectivas e probabilidades de sucesso ou fracasso, ajuda a medir a dificuldade da empreitada. Fornecer uma educação de qualidade para todos, no quadro do sistema de educação que possuímos, que privilegia qualidades que não essencialmente ensinam, envolve certas limitações. Pois, a abrangência dessa dinâmica é importante não apenas no que se refere à teoria, mas também às práticas.

Contudo, a probabilidade de ponderar as condições de funcionamento do sistema educativo, seu papel na reprodução e divisão da sociedade em grupos mais e menos privilegiados, é fundamental para compreender o sentido da prática educativa, comumente, os sentidos particulares das políticas e ações relacionadas ao ensino. Ela deve permitir aos educadores avaliar as possibilidades de sucesso e constituir as prioridades e estratégias a serem utilizadas em cada circunstância. Deste modo, é particularmente admirável no que diz importância às questões que combatem às tentativas de explicação, às políticas formuladas e às práticas implementadas, como é o caso da inclusão.

3.1 Inclusão na Educação Infantil: o x da questão

É de suma importância que a inclusão nos sistemas educacionais se inicie na Educação Infantil, pois, este é um local onde as questões levantadas a respeito da diversidade e o encontro com o diferente ocorre em ocasiões corriqueiras, diferente do que ocorre em outros níveis educacionais. Até mesmo pelo fato de que na primeira infância é onde acontece o começo da escolarização, a partir do qual devemos discorrer e praticar uma verdadeira educação emancipatória.

Tendo em vista o que foi discutido anteriormente sobre a Educação Inclusiva, partindo dessa premissa, então a abordagem agora será de como este modelo de educação está sendo desenvolvida na Educação Infantil, pois a mesma é a primeira etapa da Educação Básica no Brasil. Será que realmente tem a inclusão na Educação Infantil? De acordo com Candau (2000, *apud* DRAGO, 2011):

[...] o discurso oficial apresenta a educação como grande responsável pela modernização das sociedades em que vivemos e, com certeza, isso é indiscutível, pois o caminho para conseguir transformar o cenário atual é, sem dúvida, o desenvolvimento de políticas voltadas para o setor educacional em todos os sentidos (p. 33).

Isto posto, pode-se ser confirmado por um dos artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – onde prevê que se adote, como alternativa preferencial, o atendimento aos educandos com deficiência na rede pública de ensino (BRASIL, 1996). Em 2001, a resolução que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) aponta de forma inconfundível a obrigatoriedade das instituições de receberem todos os alunos, tarefa essa, para a qual devem se organizar.

Desde então o número de crianças e adolescentes com deficiência matriculados na escola regular aumentou, assim como as discussões e pesquisas a respeito da proposta de educação inclusiva. A educação inclusiva tem como intento a melhoria das práticas educativas para todos. As dificuldades encontradas nos educandos com deficiência podem servir como impulso para a reflexão de toda a equipe da escola a respeito de práticas cristalizadas, brotando assim os progressos na qualidade da educação para todos os estudantes (MANTOAN, 2004).

Sendo assim, ao se propor a construção de uma atmosfera inclusiva na Educação Infantil, ampliamos nosso foco de atenção para além das crianças e ressaltamos a acuidade da inclusão de todos aqueles que compartilham do contexto educacional (SEKKEL, 2003). Desta forma, estar incluído não é apenas estar presente, é também ter suas necessidades identificadas e amparadas pelos outros, é trabalhar unido, em um ambiente permeado pela confiança, pelo cuidado e pela reflexão.

Procurar estabelecer um espaço em que a diferença possa existir não negando nossas dificuldades de relacionamento com os outros e os nossos preconceitos, mas, ao contrário, saber aceitar que esses sentimentos estão presentes, de modo que possamos refletir sobre suas origens e as formas de superá-los (SEKKEL, 2003).

As crianças têm possibilidades de ler e intervir nas situações escolares resolução de conflitos, situações de aprendizagem, questões de acessibilidade etc. De modos que não são acessíveis aos adultos, justamente porque elas estão em outro lugar, fato que evidencia a importância de desconstruir as barreiras que representam as concepções adultocêntricas na educação infantil (SEKKEL, ZANELATTO, BRANDÃO 2010, p.119).

O Ministério da Educação – MEC – em fazendo o uso de sua função como indutor de políticas para a educação, tem se empenhado para que os Estados e municípios brasileiros introduzam em suas instituições e escolas de Educação Infantil todas as crianças com deficiência. E assim, procurando firmar convênios para garantir o atendimento desses educandos. Pois, a garantia de acesso e estabilidade com sucesso nas escolas regulares constitui num patamar indispensável de cidadania para pessoas com deficiência. A sua inserção nos ambientes comuns de aprendizagem, oferecendo todas as condições de acessibilidade, permite o preparo para a entrada nos espaços sociais, abarcando o mercado de trabalho.

A inclusão é extremamente favorável à eliminação de posturas excludentes, pois a partir da convivência na heterogeneidade, as crianças aprendem, desde cedo, a não discriminar. Estudos comprovam o desenvolvimento de práticas colaborativas e valores como a solidariedade e o respeito à diferença (BRASIL, 2007).

Tal acontecimento nesta fase da infância dentro da Educação Infantil só tem a ganhar, para esses infantes, pois estão presentes em ambientes diferentes com crianças com deficiência e crianças ditas “normais” e criando uma atmosfera de interação e principalmente sem preconceito, trazendo com isso suas contribuições para estes processos, desde que lhes seja dada a oportunidade de participar. E assim, desde criança cria-se a concretização do respeito um com o outro.

3.2 As várias formas de incluir

A inclusão é um mecanismo que envolve elementos de ações para combater a exclusão aos melhoramentos da vida em sociedade, importunada muitas vezes por um grupo cheio de preconceitos, tanto raciais como as pessoas com deficiência. Então esta inclusão tem o intuito de oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços. Assim como ressalta Ramos (2006) “[...] a inclusão em termos gerais, constitui uma ação ampla que propõe uma educação com qualidade social para todos”.

Essa inserção deste termo já nos remete ao tácito da ideia da exclusão, até mesmo porque este fato nos leva a indagarmos sobre: se existe a inclusão é por que alguém já foi de alguma maneira excluída um dia? A inclusão está atrelada a dialética de inclusão/exclusão, tal qual foi conquistada através de uma minoria em busca da defesa dos seus direitos. Falar sobre inclusão ou o processo inclusivo, subentende-se por aquele em que todos são considerados e atendidos de forma significativa. A partir desta perspectiva, vale ressaltar algumas formas de inclusão em meio à comunidade familiar, escolar e em sala de aula.

3.2.1 Na família

Para que se consiga construir uma sociedade inclusiva se faz necessário antes de tudo, que aconteça toda uma transformação no pensamento das pessoas e na estrutura da sociedade, porém isso exige certo tempo, mas o que verdadeiramente irá nortear e desencadear essas mudanças nos indivíduos é em um primeiríssimo lugar a legítima aceitação das pessoas com deficiência, e essa aceitação deve iniciar-se pela própria família. Pois, de acordo com Dessen

e Silva (2001, p. 136), “[...] a família constitui o primeiro universo de relações sociais da criança, podendo proporcionar-lhe um ambiente de crescimento e desenvolvimento, as quais requerem atenção e cuidados específicos”.

No nascimento de uma criança cria-se sempre uma expectativa a respeito da mesma e quando essa perspectiva não é respondida da forma em que os pais imaginam então daí dar-se início ao desespero, onde muitas das vezes esses pais ficam sem rumo, sem saber como agir, todos os seus planos vão por água abaixo, e terminam culpando um o outro por terem um filho com deficiência.

Alguns, no início acabam tendo depressão, não aceitam a criança, as rejeitam etc. Porém como afirma Aranha (2004), tudo isso pode ser transformado, se a família contar com um suporte terapêutico, onde deve ser trabalhado os sentimentos de cada segmento familiar e os padrões de relacionamento entre eles, ou seja, tem mesmo é que arregaçar as mangas, erguer a cabeça, aceitar e procurar toda a ajuda possível, fazendo o que for necessário e estiver ao seu alcance para facilitar a vida deste indivíduo. O apoio é indispensável para que a criança possa se desenvolver por completo.

Depois de todo o processo de aceitação e que a família, por sua vez, começa a tratar aquele sujeito como o “coitadinho, bichinho” não entende e assim a criança vai crescendo até chegar na idade de iniciar a sua vida acadêmica e é aí onde está o X da questão pode-se dizer, pois por temerem a inclusão muitas das vezes essas crianças acabam perdendo a etapa da Educação Infantil por conta dessa superproteção de seus pais, onde a mesma é de suma importância para o desenvolvimento de seus filhos, como ressalta Drago (2011):

A escola, para a grande parte das crianças brasileiras, é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados socialmente, ou seja, é o lugar que pode lhes proporcionar condições de se desenvolver e de se tornar cidadãos, alguém com identidade social e cultural (p. 19).

Pontuando a relevância que a Educação Infantil trás para a criança a família deve-se se pautar na busca pela autonomia do indivíduo, e com isso ir à procura de escolas que acreditem e apoie a inclusão como sendo um processo que se amplia de acordo com as suas possibilidades. Acreditar no potencial de suas crianças, sendo vigilantes e parceiros desse processo junto à escola (COSTA, 2009). Ajudando na construção do desenvolvimento cognitivo de seu filho (a). Pois muita das vezes o excesso de cuidado pode atrapalhar ao invés de ajudar e com isso impedindo o crescimento pedagógico do infante, como também interfere na formação da personalidade do mesmo.

Estabelecer relação de afeto é indispensável para a formação da personalidade. O afeto nos leva a sensibilidade. A família deve ser sensível às ações das pessoas com necessidades específicas. É através dela que se estabelece vínculo. O vínculo proporciona o desejo, a vontade, e é nessa vontade que os pais devem se segurar para romper barreiras e lidar com as frustrações (COSTA, 2009, p. 46).

Por outro lado, a escola não só pode como deve incentivar a família nesse papel, pois, é sempre bom ter a família como aliada do processo educativo. Fitando assim esta parceria desde a cobrança pela inclusão de fato, a que é de direito do sujeito, até a duração do educando na instituição, ressaltando que esta permanência do aprendente obtenha sucesso.

Com isso, é notável a relevância de uma família unida, participativa, que realmente deseje o sucesso familiar, principalmente nos casos de crianças com deficiência. Como se faz de extrema importância que os pais tratem os filhos (as) de modo mais normal possível, deixando-o (a) que cresça naturalmente, que amadureça, crie responsabilidade, tenha noção dos direitos e deveres, do que é consentido ou proibido.

Essas noções são de extrema acuidade para a formação cidadã do sujeito. Pois não é o fato de a pessoa possuir uma limitação que deverá ser tratado eternamente como um dependente. Muitos pais pecam justamente nesse ponto, nunca imaginam que seus filhos crescem e passam por todas (ou quase todas) delícias e frustrações da infância, adolescência, juventude, vida adulta.

3.2.2 Na escola

A escola por sua vez necessita de rescindir seus pilares em busca de tentativas que perpassem o ambiente escolar. Tendo como principal foco a atualização de profissionais, investindo na formação continuada de seus profissionais, pois assim irá permitir a estes sujeitos a oportunidade reflexão em grupo, só após isto a escola realmente está pronta para incluir realmente e seria o pontapé inicial para um novo recomeço. “Não é cabível reformular a escola sem refletir sobre o seu papel e a postura dos seus profissionais de forma contínua. Os professores estão gritando por isso, quando afirmam não se sentirem preparados para realizar a inclusão” (COSTA, 2009).

Então, dentro dessa perspectiva é de grande relevância a reorganização do espaço assim como a importância de reorganizar a escola no aspecto de acessibilidade, pois para que haja a realização de discussões coletivas sugestivas e reflexivas, sempre mantendo como foco

redefinição das atuações e dos procedimentos que venham garantir o sucesso de todo este processo. Conforme ressalta Alves (2006):

O ambiente escolar deve ser planejado e estruturado, pois é por meio deste método que o desenvolvimento infantil será promovido e terá um papel decisivo no futuro do indivíduo. Para que haja esse planejamento e estruturação adequada, faz-se necessário a ampliação do raio de abrangência da reflexão pedagógica (p. 47-48).

Portanto, é de extrema relevância que haja uma grande reflexão no planejamento perante todos os procedimentos realizados na escola, como no espaço para a realização de atividades, a área de ocupação, os materiais e instrumentos utilizados, a disposição da mobília, e assim por diante observando os aspectos que são fundamentais para uma melhor utilização, ou seja, fornecer ao indivíduo os meios para participar inteiramente, de acordo com suas capacidades naturais, em sua vida social.

A resignificação da escola deve manter o seu eixo voltado para as possibilidades, gerar momentos de intermédio do conhecimento, oferecendo ocasiões de experimentação. Ver a criança com deficiência e entender que as perspectivas de avanços e sucessos que não depende exclusivamente só deles, mas muito mais dos ditos “normais”. A incansável busca pela autonomia social é tão importante quanto à busca pelo avanço do processo cognitivo.

Portanto, é necessário criar um ambiente de aprendizagem bem-sucedido, contextualizado, que objetive o progresso das crianças; isso desafia a criatividade dos educandos e dos educadores. As experiências devem ser compartilhadas, e é na cooperação que se constrói a história dos indivíduos (PIRES, 2008). E no processo de inclusão, as interações com outras pessoas são favoráveis a todos os envolvidos, e a abstenção de tais atrapalha a consolidação deste processo.

3.2.3 Na sala de aula

Nas escolas inclusivas, nenhum aluno sai da classe para receber ajuda, ela recebe-se no interior da classe, ou seja, a inclusão é muito mais além de só receber o educando na escola regular e integrá-lo em sala de aula com os colegas. É, portanto, acompanhar o desenvolvimento deste indivíduo e certificar-se de que este estudante está absorvendo o conteúdo e que a escola está colaborando para o seu crescimento, não somente na aprendizagem, mas também o ensinando para a vida (SANCHES, 2005, p. 127).

[...] nas salas de aula integradas, todas as crianças enriquecem-se por terem a oportunidade de aprender uma com as outras, desenvolvem-se para cuidar uma das outras e conquistam as atitudes, as habilidades e os valores necessários para nossas comunidades apoiarem a inclusão de todos os cidadãos (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p.22).

Destafoma, a inclusão tem que ser percebida como uma responsabilidade de todos que formam a comunidade escolar. É neste momento que se faz necessário repensar a prática dos profissionais de educação, para que de fato esta inserção aconteça na realidade, pois é importante que o educador seja apoiado e orientado, em seu cotidiano escolar, de modo que possa ser capaz de refletir de forma crítica e constante sobre a sua prática, tendo como base recursos metodológicos, teóricos e assim reinventar a sua prática constantemente. Sempre levando em cota que esta reflexão não se deve limitar apenas a uma teorização para entender e explicar a prática, mas ser efetivamente crítica, mas procurando sempre ter a capacidade de reformular, recriar e assim modelar essa teoria de acordo com a realidade vivenciada em classe.

Até mesmo por que a criança com deficiência mantém o seu maior contato em sala de aula com o educador, então é de fundamental importância que este professor deverá desenvolver uma filosofia de responsabilidade, investigando-o sempre para ver a extensão do interesse do indivíduo para com a educação e aprendizagem, ou seja, desenvolver um olhar mais aguçado com a criança para que assim consiga identificar seu interesse mediante a aprendizagem. É o professor quem irá passar um bom tempo com os seus alunos em sala de aula, então é de competência dele perceber a necessidade de cada um, desenvolvendo uma noção proporcional de igualdade e de oportunidades para seus educandos, independentemente de qualquer razão (ALVES, 2012).

A esse respeito Costa (2009) concorda com Alves (2012), ao afirmar que:

A participação efetiva do professor na busca de uma escola inclusiva é decisiva. Não cabe mais ao professor ser um transmissor de informações; sua postura deve considerar no aprendente a capacidade de resolver problemas e inventar produtos de estima social. [...] A ação de aprender a aprender necessita ser permanente nessa postura de professor inclusivo. Esse perfil requer a introspecção do professor como sendo aquele que consegue transformar comportamento, tendo seus saberes como prática eficiente da mediação da aprendizagem subjetiva e significativa (COSTA, 2009, p. 35-36).

O papel de mediador conferido aos educadores pela modernidade e contraído pela minoria deixa a categoria de optar por assumir o despreparo, induzindo o professor entender

por bem incorporar a fragilidade do despreparo do que enfrentar a responsabilidade de se reorganizar metodologicamente para receber a demanda que essencialmente não precisa ser pessoas com deficiência, ou seja, o papel de mediador também cabe ao educador empregá-lo na sala de aula considerada de regular.

Respeitar o aprendiz é outro apoio que deve estar deliberado no perfil do educador. Esse respeito exprime dar início ao trabalho a partir da questão em que se localiza o ser aprendiz, proporcionar meios para que o educando tenha a capacidade de desenvolver ações, é compreender que a educação é uma relação que evolui, que modifica comportamentos e que se busca autonomia social. “O perfil do professor inclusivo requer um perfil de pesquisador, de investigador, de busca de conhecimento, de formador de opinião. Professor com este perfil será marco da educação” (COSTA, 2009, p. 37).

4 A PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO INCLUSIVO

A Psicopedagogia surgiu da fronteira entre Pedagogia e Psicologia. A Pedagogia preocupa-se com as questões voltadas às metodologias de ensino-aprendizagem do aluno e a questão educacional em sua amplitude, enquanto a Psicologia foca na análise do sujeito, no comportamento e seus processos de aprendizagem. “Assim sendo, cabe à Psicopedagogia a lacuna entre o ser aluno e o ser sujeito” (CARDOZO, 2011, p.29).

Segundo a Associação Brasileira de Psicopedagogia:

[...] a Psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a influência do meio – família, escola e sociedade – no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia.

No Brasil, na década de 1980, a Psicopedagogia surgiu como uma “Nova solução”. Acreditava-se que a Psicopedagogia era solução para todos os problemas de fracasso escolar e da aprendizagem dos alunos. “A atuação psicopedagógica naquele momento histórico era preminentemente clínica, baseada nos moldes franceses pós-segunda Guerra Mundial” (SASS, 2003).

Assim, a Psicopedagogia na década de 1990 tinha uma abordagem organicista, com a valorização de sintomas e uma visão de reeducação e correção dos mesmos. “Portanto, com o passar dos anos esta visão se amplia e o ser cognoscente passa a ser entendido como sujeito ativo de sua aprendizagem” (GUIMARÃES, 2009, p.203).

A síntese da função psicopedagógica se caracteriza naquilo que Silva (1998, *apud* GONÇALVES, 2007) diz a esse respeito:

No início, seu objetivo são os sintomas das dificuldades de aprendizagem, como desatenção, desinteresse, lentidão, etc. e, assim, seu objetivo é remediar esses sintomas. A dificuldade de aprendizagem seria apenas um mau desempenho, um produto a ser tratado.

Contudo, se compreende o conhecimento humano como um processo contínuo, tal como fazem os psicopedagogos atualmente, lidando com o processo de aprendizagem como um todo, obtendo-se assim uma visão mais ampla do sujeito, do processo de construção do conhecimento, do contexto escolar, social e familiar.

Complementando o exposto, Bossa (1994, *apud* LOPES, 2011) diz que “[...] trata de uma nova concepção da prática psicopedagógica, antes clínica e individual, para uma visão ampla e preventiva”. Nesse sentido, Fagali e Vale (1993, *apud* LOPES, 2011) ressaltam que a Psicopedagogia preventiva é a reflexão da mesma sobre projetos psicoeducacionais, o enriquecimento das práticas escolares e outras intervenções e olhares sobre a instituição.

Desta forma o psicopedagogo terá prioritariamente um trabalho de forma preventiva, com o objetivo de detectar as dificuldades na aprendizagem, antes que os processos se instalem, bem como na avaliação e na elaboração do diagnóstico, realizando um trabalho conjunto com a família e toda a equipe multidisciplinar frente às ocorrências derivadas das dificuldades no processo de aprendizagem. Entretanto, a esse profissional também cabe o trabalho de intervenção individual junto à criança com deficiência específica. A prática psicopedagógica deve respeitar a individualidade de cada sujeito, levando em consideração os aspectos relevantes na vida desse aluno, pois tentar sanar o sintoma sem compreender suas causas não surte o efeito desejado (PONTES, 2010).

A Psicopedagogia tem uma função importante neste processo inclusivista, dando apoio à família que chega com sua criança e que necessita ajudá-la em seu desenvolvimento, apoiando os educadores em seu exercício educacional direcionando o melhor e mais seguro caminho para se alcançar o objetivo que é a aprendizagem. Tendo em vista que cada criança aprende em seu tempo e dentro das suas limitações, mas a prática educacional deve ser prazerosa o suficiente para despertar o interesse pelo desafio de aprender. Para que essa dinâmica aconteça, é indispensável costumes éticos, compromisso com a aprendizagem, com a formação e ressignificação do conhecimento alcançado, cuidado e criatividade, e especialmente perceber que cada sujeito é único, singular, que tem seu momento e sua maneira de aprender, e que, sendo assim precisa ser amparado e respeitado em sua individualidade. Pois de acordo com Neves,

[...] a Psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em conta as realidades internas e externas da aprendizagem, tomadas em conjunto. E, mais, procurando estudar a construção do conhecimento em toda a sua complexidade, procurando colocar em pé de igualdade os aspectos cognitivos, afetivos e sociais que lhe estão implícitos. (1991, p.12)

A ação deste movimento de ensino-aprendizagem centraliza o aluno, e cada ser cognoscente é um caso a parte, pois, os mesmo trazem consigo um histórico, uma realidade, está inserido em um ambiente e traz consigo expectativas e necessidades, além disso, devemos trabalhar para alcançarmos o potencial de cada ser, modificando a sua dificuldade ou

limitação em algo bom e positivo, demonstrando que ele pode ultrapassar os seus limites, uma vez que o educador é somente um condutor e que todo o movimento de aprendizagem é excepcional do educando.

Durante o processo inclusivo acomoda uma válida relação do ensino-aprendizagem. Qualquer uma relação integrante e dependente, que se atravessa contornar mente a cada momento, a cada movimento, a cada descoberta, a cada novo modo de ensinar e de aprender, e o psicopedagogo é membro chave no deslace dessa expedição.

Segundo BOSSA (1994, *apud* SANTOS, 2011),

[...] cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático das políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou, da própria “ensinagem”.

Sendo assim, se faz necessário apoiar-se, não em estruturas fixas, inerte, mas muito, além disto, é preciso erguer novas bases, novas maneiras de ensinar, e construir gradualmente, todos os dias. Então, só a começar dessa edificação que não carece ser pessoal, mas coletivo e contínuo, que a inclusão ocorrerá verdadeiramente na prática. Não precisando nos preocupar com o que falarão, mas com as decorrências e com a luta pela cidadania.

4.1 Intervenção psicopedagógica frente à inclusão na Educação Infantil

Para que possamos desenvolver uma inserção de pessoas com qualidade é preciso que o psicopedagogo desenvolva um trabalho juntamente com o professor, voltado para o processo de ensino-aprendizagem e como também ajudar a ampliar a relação professor-aluno. Conforme Miranda (2008);

[...] acredita que as interações entre professores e alunos devem aprofundar-se no campo da ação pedagógica. O professor assume um papel muito importante neste processo, pois constrói e conduz o fazer pedagógico de maneira que atenda às necessidades do sujeito aprendente. No fazer docente acreditamos que deve prevalecer a visão humanística, onde a relação professor-aluno seja a base para o desenvolvimento cognitivo e psíquico em sala de aula (p.1).

Assim como, a Psicopedagogia pode acolher estas questões de inclusão escolar ao trabalhar com a subjetividade do professor, fazendo com que o mesmo ressignifique seus padrões de aprendizagem e ensino, possibilitando este exercício favorável para o processo de inclusão. A possível intervenção dentro da Educação Infantil está abarcada ao papel que o psicopedagogo nesse processo inclusivista, dando suporte e apoio ao professor em sua prática educacional direcionando o melhor e mais seguro caminho para se atingir o objetivo que é a aprendizagem.

Pois cada criança tem o seu tempo para aprender mesmo dentro de suas limitações, porém a prática educacional deve ser motivadora e envolvente o bastante para despertar o prazer pelo desafiante processo de aprendizado. Para que esse processo se concretize, se faz necessárias atitudes de compromisso com a aprendizagem, com a formação e ressignificação do saber adquirido, dedicação e criatividade, e especialmente perceber que cada sujeito é único, singular, que tem seu tempo e sua forma de aprender, assim sendo deve ser apoiado e respeitado em sua individualidade.

O processo de ensino-aprendizagem focaliza o aprendiz, que cada um em sua singularidade, traz consigo seu contexto de vida, uma realidade em que se está inserido em seu meio, trazendo expectativas e necessidades, perante isso, devemos trabalhar para alcançarmos o potencial de cada um modificando a sua limitação em algo positivo, desvendando que ele pode superar as suas dificuldades, uma vez que o educador é apenas um condutor para a aprendizagem e todo ser aprendiz tem seu próprio movimento para a aprendizagem.

Este processo inclusivista desde a Educação Infantil irá proporcionar uma maior interação entre as crianças com e sem deficiência, contemplando assim, que as crianças desde cedo aprendam, a viver com a diversidade e com o “ser” diferente. E deste modo, perpassando uma ideia de heterogeneidade, com crianças tendo que vivenciar um ambiente diferente da normalidade, dos padrões, aprendendo com isso viver em meio à diferença e sem preconceitos. É necessário sustentar-se em construir novas bases, novas maneiras de ensinar, e assim construindo pouco a pouco continuamente. Somente após essa construção que a inclusão ocorrerá verdadeiramente na prática, pensando apenas nos resultados obtidos.

Portanto, a Psicopedagogia tem grande contributo no acompanhamento do processo inclusivo dos alunos com deficiência, em todas as idades e níveis escolares, mediante suas atuações clínica e institucional.

A esse respeito Cardozo (2011, p. 34) ressalta que, “[...] o trabalho psicopedagógico na instituição escolar deve se realizar também em forma de atendimento pedagógico individual

ou em pequenos grupos; conversar com o aluno quando precisar de orientação; encontrar a melhor forma de estudo, organizando o modelo de aprendizagem com o aluno; olhar os cadernos, observando e auxiliando quanto a sua organização, revendo erros para ajudar o aluno a compreendê-los; escutar atentamente o aluno; fazer a avaliação diagnóstica e, por fim, se necessário, fazer encaminhamentos.

O psicopedagogo irá observar também os processos cognitivos e psicológicos que interfiram no processo de aprendizagem do indivíduo, assim como irá fazer uma avaliação para entender como o mesmo aprende e quais são os elementos que estão limitando sua aprendizagem, considerando sua autoimagem e autoestima, sucedendo, se necessário, o encaminhamento para outros profissionais (SILVA, 2008).

Portanto, vale ressaltar que o trabalho do psicopedagogo não será eficaz se não houver um vínculo com a instituição de ensino que o sujeito frequenta, pois é neste lugar que ele passará muitas horas do seu dia e onde ele será estimulado (ou não) a aprender. O diagnóstico psicopedagógico irá ponderar: qual a relação que o sujeito com deficiência tem com o conhecimento; qual é a melhor forma de se transmitir o conhecimento a esse sujeito; qual a forma de intervir de forma que se sinta integrado na comunidade escolar; quais as expectativas que o sujeito tem a respeito da própria aprendizagem (GUIMARÃES, 2009, p. 204).

O Profissional psicopedagogo atuante, pautado em pressupostos clínicos ou institucionais, atende à perspectiva de possibilitar ao indivíduo seu desenvolvimento potencial, atribuindo-lhe autoria do seu processo educacional, constituindo-se cidadão e, conseqüentemente, promovendo sua inclusão social.

Uma possibilidade viável de ação psicopedagógica no processo inclusivo é o AEE (Atendimento Educativo Especializado) ou sala de recursos multifuncionais. Por ser um serviço especializado, o atendimento educacional especializado é realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos, tais como: Psicopedagogo, preparado para trabalhar o desenvolvimento cognitivo, especialista no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.

Esses fatores supra referidos são respaldados no dizer de Vygotsky (1998, p. 118), que diz “[...] o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e

põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.”

Nesse sentido, cabe à escola e seus profissionais criar as condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação de seu próprio limite. Vygotsky e Luria (1996, p. 220) demonstram que “[...] paralelamente às ‘características negativas’ de uma criança deficiente, é necessário também criar suas ‘características positivas’”. Para os referidos autores, o que ocorre é um:

[...] mecanismo singular e especial [...]: ocorre a compensação do defeito. No correr da experiência, a criança aprende a compensar suas deficiências naturais; com base no comportamento natural e deficiente, técnicas e habilidades culturais passam a existir, desestimulando e compensando o defeito. Elas tornam possível enfrentar uma tarefa inviável pelo uso de caminhos novos e diferentes. O comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural deficiente. (p. 221).

Como pode ser percebido no dito por Vygotsky e Luria (1996), já no início do século passado, a criança com deficiência necessita de complementação e/ou suplementação no seu processo educativo para que aconteça a equidade com relação aos demais alunos. E, neste processo, o aluno não se desenvolve sozinho, de modo que a escola tem um importante desafio a enfrentar: encontrar caminhos que possam superar os limites impostos pela deficiência, através do mecanismo de compensação, e localizar sua atenção nas condições em que a aprendizagem ocorre.

Ao psicopedagogo nesse contexto de AEE, cabe-lhe trabalhar o desenvolvimento dos processos mentais superiores dos alunos com deficiência, os programas de enriquecimento curricular adaptado, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, além da tecnologia assistiva e outros.

Deste modo, o psicopedagogo se configura como o profissional que contribui para o resgate do prazer em ensinar e aprender, através de uma ação interdisciplinar, com os demais profissionais que atuam na escola, tendo como foco a prevenção das dificuldades, mas sem negligenciar as dificuldades já instaladas, especialmente no contexto da escola inclusiva.

5 PERCURSO METOLÓGICO

Nesta seção abordaremos o percurso metodológico utilizado para a realização do presente estudo empírico, delineando os caminhos percorridos na pesquisa e os sujeitos participantes desse processo.

5.1 Delineamento da pesquisa

Essa pesquisa empírica é pautada em uma revisão bibliográfica que proporcionou um embasamento teórico, de onde a mesma considera a acuidade da importância da inclusão na Educação Infantil perante o olhar da Psicopedagogia; ressaltando o modo de se incluir neste tipo de educação e as contribuições que a mesma pode proporcionar as crianças.

Posteriormente foi feita uma pesquisa de levantamento tendo cunho qualitativo. Segundo Gil (2002, p. 50) “[...] caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja conhecer.” Quanto aos objetivos à pesquisa é caracterizada como descritiva e exploratória. Segundo Gil (2002, p. 41) “[...] esta proporciona maior familiaridade com o problema tornando-o explícito”. Tratando de pesquisa descritiva Gil (2002, p. 42) descrever as características de determinadas populações ou fenômenos; demonstrando a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Participaram deste estudo respondendo aos questionários 10 professores da Educação Infantil e uma psicopedagoga atuante no meio institucional, realizadas em escolas da cidade de João Pessoa. Portanto, o público alvo foi professores da Educação Infantil compondo uma faixa etária de 26 à 48 anos, todos do sexo feminino totalizando assim 100% da pesquisa. Tratando-se então de uma amostra não probabilística, isto é por conveniência, tendo assim participado os profissionais que aceitaram cooperar voluntariamente com a pesquisa.

Como instrumento para facilitar e nortear o estudo, foi utilizado um roteiro fechado, com um itinerário prévio para a realização dos questionamentos. Neste questionário foram abordadas questões referentes aos dados sócios demográficos (sexo, idade, estado civil, escolaridade, há quanto tempo é professor/a), e quanto há parte aberta estruturada em busca de atingir os objetivos propostos neste estudo, contendo sete (07) questões. Estas visaram conhecer o pensamento dos professores acerca da inclusão na Educação Infantil. (VER APENDÊNCIA I)

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, em primeira instância, pode-se ressaltar que foram tomados todos os cuidados éticos para a aplicação a pesquisa que envolve seres humanos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde – CNS (RESOLUÇÃO 466/120), pois o termo de consentimento autoriza a pesquisadora a apresentar os resultados em eventos da área da Educação, Psicopedagogia ou afins e publicações em periódicos e revistas científicas.

Este termo garante ao participante o sigilo da identidade dos mesmos, a certeza de que a pesquisa não causará qualquer dano ou desconforto físico e/ou psicológico e a informação de que se trata de uma participação absolutamente voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento. A coleta foi realizada por conveniência com pessoas de uma instituição escolar. Primeiramente, eram fornecidas informações aos possíveis participantes sobre o objetivo do estudo, o caráter anônimo e voluntário. Estes ainda eram informadas da inexistência de respostas certas ou erradas. Logo após isto foi entregue o questionário para responderem. (VER ANEXO I)

O referente questionário foi desenvolvido na sala da supervisora, um local amplo, climatizado e bem iluminado, com duração média de quarenta minutos para cada entrevistado, sendo realizado com um a cada dia. Foi colocado a cada um, que os mesmos estão sendo voluntários para a presente pesquisa, que tem como caráter conhecer a opinião de professores da Educação Infantil e o responsável da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e que terá a confidencialidade na mesma. Entretanto, queríamos a permissão de apresentar apenas os resultados em eventos científicos. Os referidos dados serão analisados a seguir.

6 ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS ACHADOS

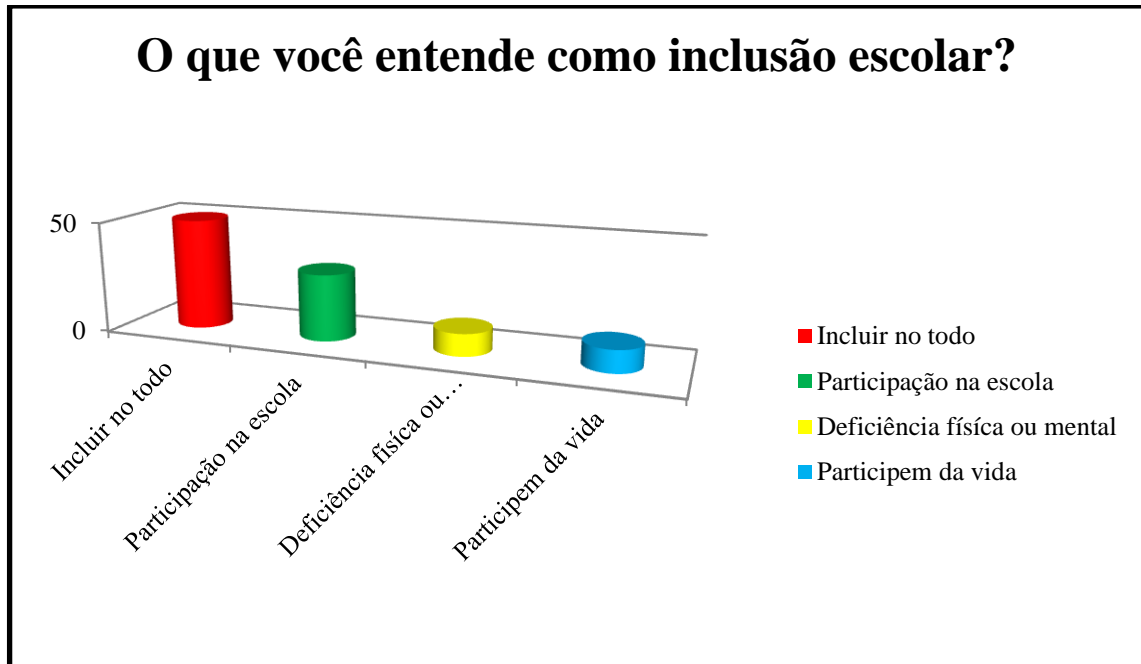
O enfoque deste construto teve como foco uma pesquisa de levantamento, que se propôs a catalogar a concepção dos docentes a respeito da inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil. A partir de um estudo realizado através de questionários respondidos por professores, foi possível compreender sobre seus anseios a respeito deste tema tão pertinente.

Portanto, para analisar e organizar os dados recolhidos usamos como base a análise de conteúdo de Franco (2005, p.8) onde ressalta que a “[...] análise deve ser considerada como uma das dimensões do exercício de compreensão e interpretativo a ser enfrentado pelo analista social, uma vez que não exclui radicalmente uma análise lógica, formal e objetiva.” A análise de conteúdo em uma perspectiva de sondagem de opiniões colhidas, de acordo com os teóricos da época, a partir de experimentos muito bem planejados na tentativa de serem os mais objetivos possíveis e de sofisticados procedimentos de coleta. Então, em virtude a isto o levantamento das informações serão analisadas e discutidas através de categorias para fazer assim uma análise didática deste estudo, trazendo novamente a luz dos teóricos que foram analisados no referencial teórico.

Portanto, foi decidido realizar esta análise através de recortes de suas falas buscando como finalidade a categorização de palavras/frases para uma melhor compreensão dos seus conhecimentos. Onde se tornou claro que o domínio do trabalho com inclusão de alunos com deficiência é algo que se encontra distante da prática pedagógica dos docentes pesquisados. O medo do novo, do que irá enfrentar com o aluno com deficiência, faz muitos professores desistir desse processo. Os sujeitos falam em seus depoimentos, nos questionários respondidos, que não estão prontos, preparados para a inclusão. (VER APÊNDICE 1). Isso é comum da maioria dos contextos educacionais, não só na Paraíba, mas em todo o Brasil. Isso é um agravante para o sucesso do processo inclusivo de alunos com deficiência no contexto escolar.

De acordo com a primeira pergunta proposta no questionário, onde foi colocado “o que entendia como inclusão escolar” foi possível identificar quatro (04) categorias em meio às falas dos docentes, representadas no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Opiniões dos participantes referente a primeira pergunta



Fonte: Pesquisa de levantamento

Diante dos resultados coletados, foi possível notar que a maior parte dos docentes entende a **inclusão em todo** que está bem evidente quando a docente **I** ressalta “É incluir todos os alunos sem ou com deficiência no processo de escolarização da melhor forma possível”, ou seja, o seu discurso como condiz com incluir o educando de um modo geral como ressalta Costa (2009, p. 20) “[...] o importante é garantir o espaço de troca de experiências de forma que envolva a todos, de modo diversificado que atenda a necessidade de cada um individualmente ou em grupo.” Em virtude a isto, pode-se dizer que foi a que mais categorizou, ou seja, a que mais esteve presente nas falas das participantes. Em seguida estarão as outras categorias representadas em trechos de fala dessas participantes.

Já a respeito da participação da escola a participante **C** deixa bem claro ao dizer “- Inclusão é tornar fácil e acessível à participação e permanência de alunos com algum tipo de deficiência seja física ou psicológica na escola”, como diz a LDB no seu Art. 1º, parágrafo único e do art. 25 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 25

Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetros para atendimento do disposto no caput deste artigo, assegurado que o número máximo de alunos por turma não exceda a: I – vinte e cinco, na pré-escola e nos dois anos iniciais do ensino fundamental; II – trinta e cinco nos anos subsequentes do ensino fundamental e no ensino médio.

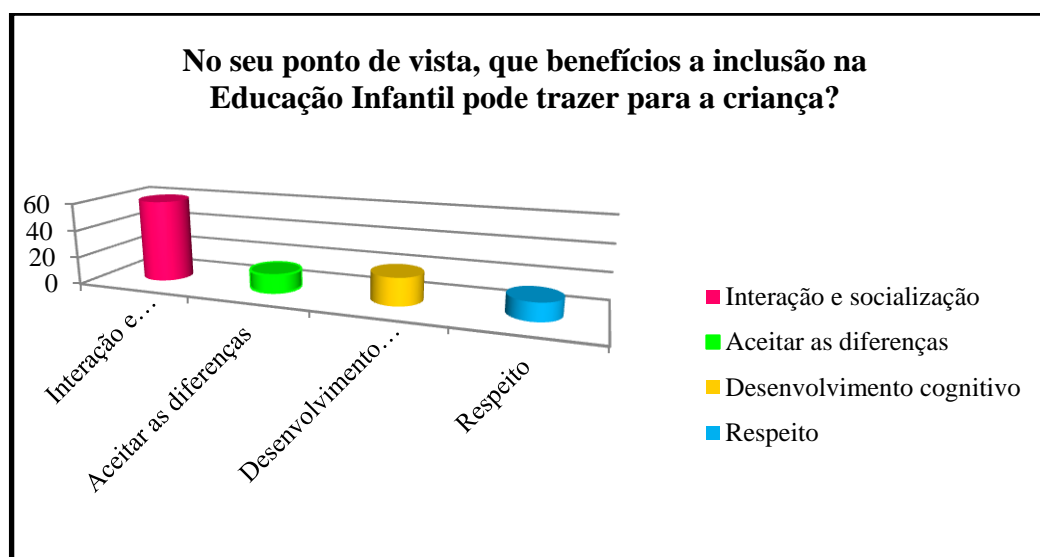
Entretanto, ao que diz respeito à deficiência física a professora **H** objetou que é “incluir um aluno que tem deficiência física ou mental em uma sala de aula regular”, sendo assim, limitando-se apenas as deficiências físicas ou mentais, caracterizando assim de acordo com o Ministério da Educação - MEC que a criança com deficiência física ou mental, não pode estar no mundo sem desenvolver suas habilidades seja motora ou psicológica, pois se faz necessário que ela receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com ambiente ao qual ela pertence.

E através dessa proposta feita pelo MEC, cabe também ressaltar a importância para esses infantes participarem da vida proposta pela resposta da integrante **D** quando diz que “é uma permissão que eles participem da vida, para que eles fiquem e convivam”, Incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. E inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, a inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público (RAMOS, 2006).

Assim sendo, através de suas falas percebe-se que os docentes que participaram da presente pesquisa pode-se dizer que ambos mantêm um olhar acerca da inclusão escolar de um modo geral e entendem que incluir é “respeitar e querer desenvolver o indivíduo em todos os aspectos dentro o processo de aprendizagem” (ALVES, 2012).

Mediante a segunda questão, foi possível retirar quatro (04) categorias retratadas logo mais pelo gráfico 2:

Gráfico 2: Opiniões dos participantes referente a segunda pergunta



Fonte: Pesquisa de levantamento

Referente aos dados categorizados sobre o ponto de vista dos docentes acerca da inclusão na Educação Infantil obteve os seguintes resultados: Interação e socialização, aceitar as diferenças, desenvolvimento cognitivo e respeito, foram às palavras categorizadas neste quesito.

Dentro da fala da representante **F** “convivência com as crianças deficientes com as outras, ajuda na socialização e integração de ambas as partes. Quebrando o preconceito e acelerando com o desenvolvimento da criança deficiente”, pois, devemos oferecer um ambiente saudável a estas crianças e mostrar a todos como eles devem contribuir para que não seja formado em uma geração preconceituosa (ALVES, 2012). Com isso, se pode perceber que a **interação e a socialização**, foi à categoria que mais esteve presente nas respostas das participantes, sendo esta a categoria central dessas respostas, a seguir estão os outros trechos que obtiveram categorias também dentro das falas dessas docentes.

Com base na categoria de aceitação das diferenças pode-se destacar a fala da professora **E** que diz: “[...] o respeito pelo outro, ser solidário com o próximo, aceitação das diferenças, ser cooperativo, aprender a vencer desafios e conviver melhor com a diversidade”, como diz Santos e Frazão (2000):

E que diferenças há entre eles? A experiência de cada um, o respectivo grau de informação, a mobilização interna, e seus decorrentes potenciais de mobilização externa. A experiência porque, como dissemos anteriormente, o conceito de diferença é relativo aos olhos de quem o vê, à mente de quem o define, e, sobretudo à expressão condutual e atitudinal de quem o vive. O grau de informação porque cada pessoa terá maior ou menor conhecimento de seus direitos a respeito de cada situação. A mobilização interna porque cada um terá um desejo maior ou menor de alterar a situação. E a mobilização externa porque terá, também, diferentes estratégias para colocar em prática os mecanismos possíveis de alteração da situação de exclusão. Em consequência à semelhança verificada nos exemplos, podemos extrair pelo menos três orientações diferentes para se trabalhar o processo de inclusão: como processos anti-alienação, anti-estigmatização e anti-segregação. Cada orientação podendo gerar várias formas de atuação(p.8).

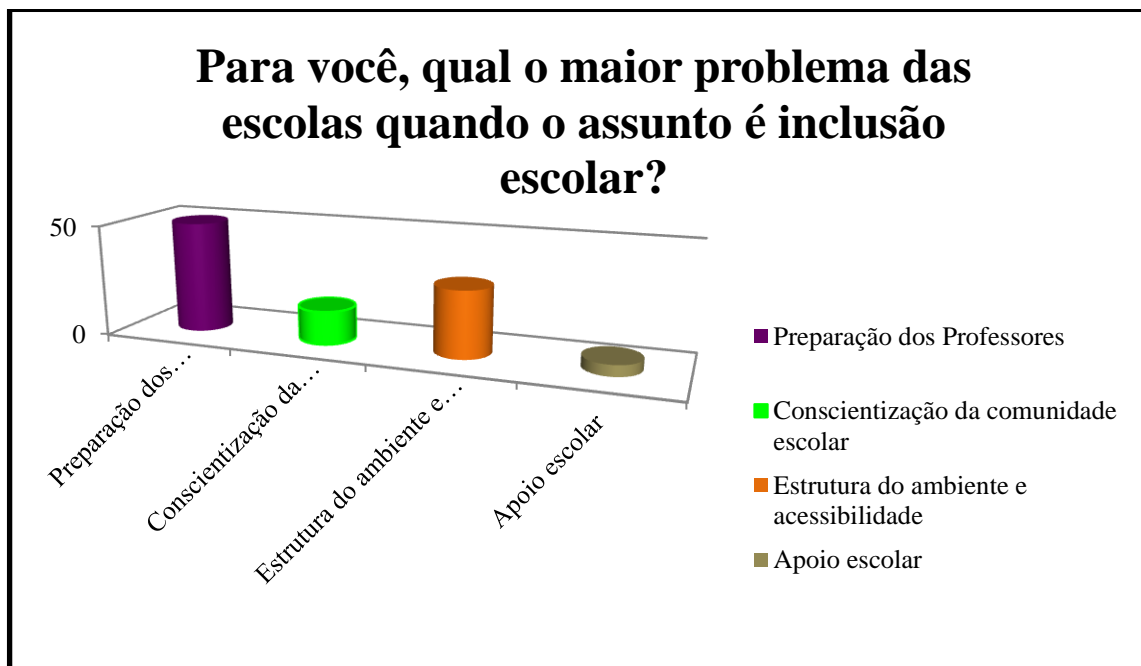
Então a partir da fala da participante **E** já nota-se a categoria do respeito como também a aceitação das diferenças muito bem retratada em sua fala, assim como no trecho da fala da representante **A** “respeitar a individualidade de cada um”. Em virtude a isto se pode afirmar que o respeito é uma característica muito relevante tanto para a criança com deficiência como as demais.

No que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, a participante **B** retratou bem ao expor “a Educação Infantil é o início do desenvolvimento escolar do educando. Sendo assim,

quanto mais cedo à criança for incluída melhor será para seu desenvolvimento cognitivo”, pensar na inclusão na Educação Infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito da criança pequena à educação de qualidade e o outro por acreditar que a criança da pequena com algum tipo de comprometimento tem a capacidade de aprendizagem (DRAGO, 2011). Ficou claro que em virtude a este questionamento que os professores apóiam a inclusão na Educação Infantil, pois os mesmos trouxeram apenas pontos positivos sobre este levantamento.

Pode-se perceber, através das falas ilustradas abaixo, no gráfico 3, que o maior problema das escolas quando o assunto é inclusão escolar, o foco sempre desvia-se para o profissional docente já que é o mesmo que recebe e fica com a maior parte do tempo com a criança em sua sala de aula, e essa percepção pode ser notada até mesmo nas falas desses docentes, que 60% dos entrevistados acabam retomando a culpa por receber o educando com deficiência e não saber como lidar com aquela situação. Mais como diz Alves (2012, p.) “Qualquer indivíduo tem a capacidade de educar”, ou seja, muitas das vezes é o medo pelo novo que faz com que esses docentes se sintam inseguros de lecionar para esse público.

Gráfico 3: Opiniões dos participantes referente a terceira pergunta



Fonte: Pesquisa de levantamento

O que foi emanado durante a aplicação do questionário e nas respostas dos docentes foi acerca da preparação desses profissionais mediante a inclusão escolar na Educação Infantil, pois ressaltando a fala da interrogada I, descreveu o seguinte: “O maior problema é a

falta de preparação dos docentes, frente esta temática”, o que significa dizer que a sua angústia está na falta de preparo para conduzir tal processo em sala de aula, no geral os professores se angustiam por não conseguir solucionar os problemas dos aprendentes, e é nessa busca que perdem, pois na verdade devem compreender essas dificuldades como sendo deles próprios. E o que realmente necessita é que aconteçam mediações de situações que busquem a solução desses problemas por eles mesmos. Este é o ponto chave da questão, pois como diz Costa (2009),

Ser um professor inclusivo requer mais coração aberto, uma visão holística, uma educação humanística do que mesmo perfeições, modelos, regras e receitas de inclusão. O professor inclusivo é aquele que acredita na mediação do conhecimento para permanecer aprendendo e facilitando a aprendizagem ao longo da vida. Por este motivo não existe receitas nem modelos de educação inclusiva. O que existe é a busca de motivação constante para elevar a autoestima das pessoas. Mas, também não o impede de se utilizar de sugestões de atividades vivenciadas em situações diferentes das vividas por ele em sala de aula, tendo o cuidado de ser criativo e antes de tudo observador do percurso que o aprendente faz para a realização da atividade sugerida (p. 52-53)

Portanto, o educador precisa desenvolver um olhar diferenciado para com o seu alunado, entender que cada ser é individual e que conseqüentemente cada um aprende da sua maneira. E não alimentar as suas angústias, seus anseios mais colocar a mão na massa e enfrentar as dificuldades encontradas no caminho e olhar pra elas como aprendizado. Muitos professores tendem a resistir às mudanças por não se sentirem preparados.

O problema começa já na formação inicial dos futuros docentes, pois muitos cursos não oferecem capacitação adequada para que se crie familiaridade com a questão. "Existe a ilusão de que há uma formação específica que diga como trabalhar com cada criança. Mas não é preciso ser especialista em deficiência para ser professor" (CHAVES, 2014). Em virtude a isto, pode-se dizer que foi a que mais categorizou, ou seja, a que mais esteve presente nas falas das participantes. Em seguida estarão as outras categorias representadas em trechos de fala dessas participantes.

A segunda categoria deste quesito é a seguinte “[...] o ambiente escolar e professores ainda não estão muito adaptados, tanto o físico da maioria das escolas, quanto o pedagógico, ainda tem muito que melhorar para que essa inclusão aconteça de forma positiva” retratada pela participante **H**, onde trás o despreparo dessas escolas para o recebimento dessas crianças que muitas das vezes acontece devido falta de espaço ou até a superlotação das salas de aula,

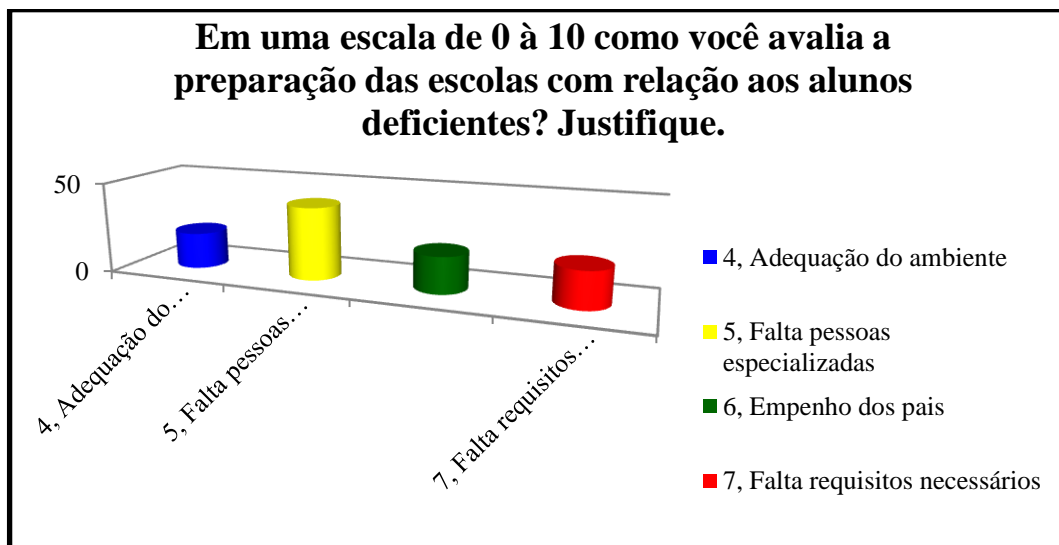
o ambiente escolar deve ser planejado e estruturado, pois é por meio dele que o desenvolvimento infantil será promovido e terá um papel decisivo no futuro do indivíduo. “Para que haja esse planejamento e estruturação adequada, faz-se necessária a ampliação do raio de abrangência da reflexão pedagógica” (ALVES, 2012 p.48).

Na terceira categoria observada na fala desses docentes foi “[...] falta de profissionais capacitados, estrutura física adequada para estabelecer esta inclusão, em relação às deficiências e falta de conscientização da comunidade escolar para este processo inclusivo”, que neste caso é a fala da participante **J**, onde ela traz à tona a conscientização da comunidade escolar, pois “é importante que se priorize o trabalho em equipe. O trabalho em equipe favorece harmonia entre o sujeito e o grupo” (COSTA, 2009 p. 28).

E na última categoria desta questão vem então à tona o “apoio escolar” ressaltado pela participante **B**, é de suma importância esse auxílio nas instituições, pois é através do apoio entre eles que conseguem se sentir mais seguros para poder aderir à inclusão. Pois outra possível barreira está nas próprias equipes das escolas, que podem temer que a presença de alunos com deficiência prejudique a qualidade do ensino. Nesses casos, vale trabalhar a formação de gestores, e a informação dos profissionais, mostrando que a inclusão só traz benefícios. "Procuramos fazer a transição do atendimento de forma gradual, com discussões dentro das escolas, respeitando o processo histórico da rede" (CHAVES, 2014 p.1).

Referente à quarta questão também, foi retirada quatro (04) categorias, que está ilustrada no gráfico 4, logo abaixo:

Gráfico 4: Opiniões dos participantes referente a quarta pergunta



Fonte: Pesquisa de levantamento

Com relação a este ponto foi questionado que nota dariam para a inclusão escolar, a primeira delas foi a nota 5 que veio acompanhada da falta de pessoas especializadas especificada na fala da **B** “Minha avaliação é 5. Porque projetos existem, só faltam por em prática, com pessoas especializadas para apoiar”, retomando o enfoque do apoio dessas pessoas para que a inclusão entre realmente em vigor.

Tendo em vista as diferenças existentes entre os indivíduos, “alcançar a igualdade presume colocar à disposição das diferentes pessoas e inteligências as condições de acessibilidade e apoio de que necessitem para desenvolver e exercer a cidadania, tão plenamente quanto possível” (CHAVES, 2014 p.1). Com isso, se pode perceber que a **falta de pessoas especializadas**, foi à categoria que mais esteve presente nas respostas das participantes, sendo esta a categoria central dessas respostas, a seguir estão os outros trechos que obtiveram categorias também dentro das falas dessas docentes.

Já no que diz respeito à adequação do ambiente obteve a nota 4 na fala da participante **J** “Na escola nota 4, pois todos os indivíduos inseridos no contexto educacional de maior compreensão, interesse; e adequação do ambiente escolar”, pois na maioria das vezes a instituição não tem a estrutura adequada para comportar a criança com deficiência e acaba segregando ao invés de integrar, o desafio não é apenas colocar alunos com deficiências dentro de uma mesma sala de aula e sim “[...] fazer com que essa educação inclusiva proporcione a esses alunos uma evolução no seu desenvolvimento educacional pessoal, e os faça sentir inclusos numa sociedade que deveria ser igual para todos”(GOES, 2011).

E alguns dos entrevistados atribuiu a nota 6 e destacou o empenho dos pais, destaque na fala da representante **D** “06, pois nos estabelecimentos de ensino há falta de estrutura física, de materiais, de profissionais e de um maior empenho de muitos pais pela escolarização de seus filhos com deficiência”, que nas palavras de Caiado (2011), a contribuição que pode ser feita através de uma parceria entre pais e a escola, que se faz primordial para que se venha obter um sucesso na aprendizagem.

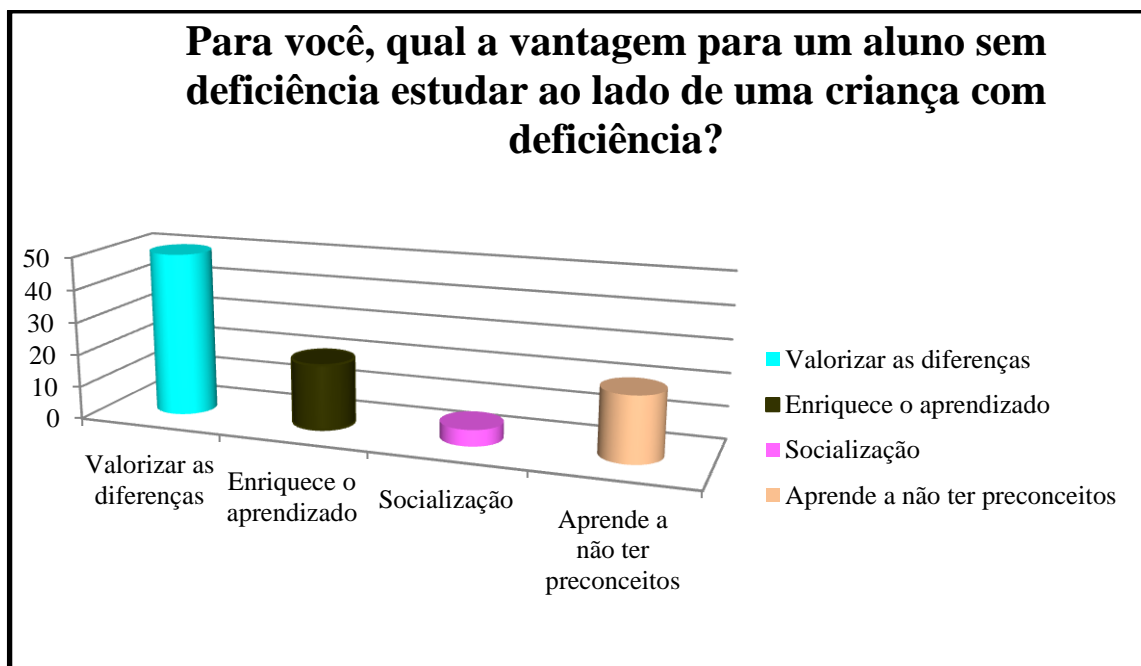
A família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. [...] mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que atinja o caminho do sucesso, que visa conduzir crianças e jovens a um futuro melhor. O ideal é que família e escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venha criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade. Existem diversas contribuições que tanto a família quanto a escola podem oferecer, propiciando o desenvolvimento pleno respectivamente dos seus filhos e dos seus alunos (2011, p. 1).

Apesar de ser unânime a necessidade do apoio familiar para o sucesso do processo inclusivo de alunos com deficiências, esta não deve ser culpalizada pelos possíveis fracassos dos seus filhos, pois também necessitam de ajuda e orientação para enfrentar esse processo, além de que, estão também em atuação de fragilidade e vulnerabilidade pela própria condição que enfrentam.

E para fechar este quesito tem a nota 7 colocada na expressão da C “nota 7. Nem todas as escolas tem os requisitos necessários para a permanência dessas crianças”, Nascimento (2009) adverte sobre a precariedade da infraestrutura e de condições materiais para o trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. O que se tem colocado em discussão, principalmente, é a ausência de formação dos educadores para trabalhar com essa clientela, e isso certamente se constitui um sério problema na implantação de políticas desse tipo.

De acordo com a quinta pergunta proposta no questionário onde foi colocado “Para você, qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência” foi possível identificar quatro (04) categorias em meio às falas dos docentes, representadas no gráfico abaixo:

Gráfico 5: Opiniões dos participantes referente a quinta pergunta



Fonte: Pesquisa de levantamento

Diante dos resultados coletados, foi possível notar que a maior parte dos docentes entende que **valorizar as diferenças** foi à categoria central, ou seja, a que mais foi pautada

diante das falas dos docentes que participaram da pesquisa, bem colocada na fala da **C** quando diz: “Elas aprendem a lidar com as diferenças e também tem a oportunidade de aprender a respeitar o próximo”, sendo assim se pode notar que apresenta vantagens para todos, a inserção de criança com deficiência desde a Educação Infantil, é algo que realmente deve ser efetivado nas instituições, pois só irá trazer benefícios para todos os envolvidos.

A escola como espaço inclusivo enfrenta inúmeros desafios, conflitos e problemas que devem ser discutidos e resolvidos por toda comunidade escolar. Essas situações desafiadoras geram novos conhecimentos, novas formas de interação, de relacionamentos, modificação nos agrupamentos, na organização e adequação do espaço físico e no tempo didático, o que beneficia a todas as crianças. [...] Essas experiências exitosas revelam que o projeto de inclusão não tem beneficiado apenas a criança com necessidades educacionais especiais, mas tem contribuído muito para a melhoria da escola e transformação do fazer pedagógico para todas as crianças (BRUNO, 2006 p. 18-19).

Portanto, a partir desse trecho apontado pelo MEC é possível notar a importância dessa ação na vida dessas crianças, fazendo um bem enorme no que diz respeito ao seu desenvolvimento social. Logo após segue as outras categorias destacadas nas falas dos demais participantes.

Outro ponto importante em meio as suas falas foi quando enfatizaram que se estudar e conviver desde a Educação Infantil as crianças com ou sem deficiência aprendem a não ter preconceitos, onde este ponto ficou bem evidente na fala da participante **D** “a grande vantagem é que às crianças sem deficiência poderá crescer e aprender desde pequeno a não ter preconceito, e sim aprende a ajudar”, dessa forma se pode notar a contribuição que inclusão trás para a vida desses infantes, pois lhes proporcionam experiências ímpares em seu crescimento podendo até tornarem-se adultos melhores. O período pré-escolar é o mais importante na formação da pessoa.

É quando ela constrói os principais instrumentos interiores de que se servirá primeiro de modo inconsciente e depois com progressiva consciência, para se relacionar com a chamada realidade exterior. Embora isto não pareça a muitos adultos, esta é seguramente a fase mais decisiva da vida. O tempo toda a criança age descobrindo, inventando, resistindo, perguntando, retrucando, refazendo, socializando-se. Neste momento, é importante que a criança tenha um bom acompanhamento no seu desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial (CURTISS, 1988, *apud* CAMPÃO; CECCONELLO, 2008).

Na terceira categoria ficou a parte que diz respeito a enriquecer o aprendizado pautado na fala da **B** “[...] o ser diferente faz a diferença e juntos o aprendizado torna rico em

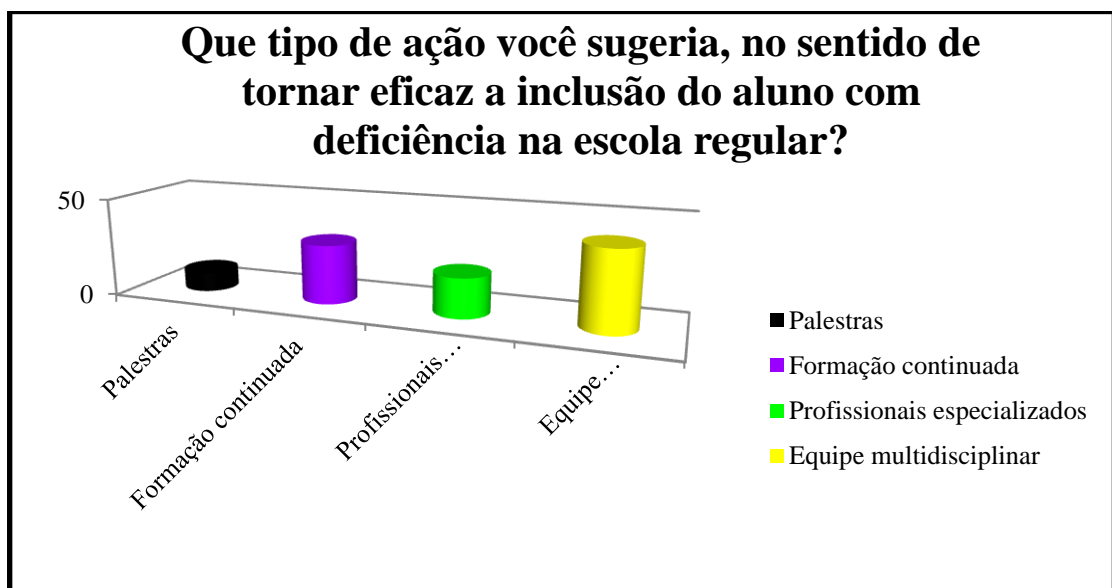
conhecimento para ambos”, isso significa dizer que todos aprendem independentemente que tenha deficiência ou não, cada um tem a sua maneira de aprender, o seu modo especial para desenvolver o seu aprendizado, “[...] são crianças que têm as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidado e proteção, e os mesmos desejos e sentimentos das outras crianças. Elas têm a possibilidade de conviver, interagir, trocar, aprender, brincar e serem felizes, embora, algumas vezes, de forma diferente” (BRUNO, 2006 p. 19).

E por último, nesta categoria ficou a socialização rerepresentada na fala da participante F “colaborar para a socialização e ajuda a criança a ver o outro sem preconceito ou diferente”, dizendo que as crianças podem desenvolver o seu aprendizado uma com as outras, principalmente o seu aprendizado de vida social que irá embarcar com ela ao longo de sua jornada.

É importante ressaltar que a inclusão de alunos, mas, principalmente, da possibilidade de interação, socialização e adaptação do sujeito ao grupo, na escola comum. E esse é o maior desafio para a escola hoje – modificar-se e aprender a conviver com dificuldades de adaptação, gostos, interesses e níveis diferentes de desempenho escolar (BRUNO, 2006, p. 21).

Agora de acordo com o gráfico 6, vamos então discutir a respeito de “que tipo de ação você sugeria, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular”, ilustrada logo a seguir:

Gráfico 6: Opiniões dos participantes referente a sexta pergunta



Fonte: Pesquisa de levantamento

Referente aos dados categorizados sobre o ponto de vista dos docentes acerca da inclusão na Educação Infantil obteve os seguintes resultados: Equipe multidisciplinar, formação continuada, profissionais especializados e palestras, foram às palavras categorizadas neste quesito.

Dentro dos quesitos supracitados acima por esses participantes sobre saiu a equipe multidisciplinar, em destaque na fala da representante **F** “[...] preparar os docentes para saberem como agir e que metodologia usarem para transmitir conteúdos às crianças deficientes. Salas de apoio e pessoas também para trabalhar com essas crianças. Pessoas como psicólogos, fisioterapeutas e psicopedagogos (Equipe Multidisciplinar)”, foi pelo menos de um alívio imenso ver que as mesmas compreendem como é importante o trabalho de uma equipe unida, dessa equipe multidisciplinar. Como ressalta Silva (2012):

A composição de uma Equipe Multidisciplinar é feita por profissionais de diversas áreas, ou seja, com formações acadêmicas diferentes e que trabalham em prol de um único objetivo. No trabalho em equipe multiprofissional há a necessidade de uma inter-relação entre os diferentes profissionais que devem ver o paciente como um todo numa atitude humanizada (p.1).

Entretanto, pode-se dizer que a categoria q mais pontuou dentro das falas das docentes que participaram a pesquisa foi à **equipe multidisciplinar**, sendo assim a resposta da categoria central deste quesito. A seguir estão as falas das participantes registrando as outras categorias.

A formação continuada também foi um dos pontos levantados nas respostas desses docentes, explicito na fala da **E** “Participação não só dos docentes em curso de formação continuada para garantir não só a inclusão da pessoa com deficiência, mas mantê-la na escola, garantindo o seu desenvolvimento”, em sendo este ponto onde deve-se também rever a questão de como está acontecendo a formação inicial de professores, melhorar esta formação, oferecer cursos de formação continuada e promover a reflexão na própria escola.

Uma melhoria na formação inicial e continuada dos professores é algo que se faz crucial para esses docentes e o processo inclusivo, pois, só assim eles irão se sentir mais confiante para abraçar essa causa. Nóvoa (2009) ressalta a contribuição da formação continuada, quando cita:

A formação contínua deve contribuir para mudança educacional e para a redefinição da profissão docente. Neste sentido o espaço pertinente da

formação contínua não é mais o professor isolado, mas sim o professor inserido num corpo profissional e numa organização escola (p. 38).

Destacando a importância da formação continuada para esses professores, já se encaixa a parte da contribuição dos profissionais especializados na área, como por exemplo, o psicopedagogo, em destaque na fala da participante C “Mais profissionais especializados na área para um suporte melhor”, através deste ponto percebe-se o quanto é importante um profissional na área da Psicopedagogia para auxiliar, esses docentes no que for necessário, pois a Psicopedagogia é uma área que pode ajudar muito na construção da escola inclusiva com qualidade social, pois os profissionais psicopedagogos podem dar um excelente suporte aos professores, a família e aos alunos em situação de inclusão.

A esse respeito, Barros; Oliveira (2012) ressalta que,

Em virtude da oferta de cursos de Psicopedagogia e Educação Inclusiva, muitos professores têm feito estas especializações no intuito de se capacitar melhor para atender a estes alunos, entretanto, percebemos que são cursos basicamente teóricos, o que acaba por não resultar em mudanças nas práticas de atitudes, posturas e desempenho dos professores em salas de aula. É nesse processo que o trabalho focado na formação continuada e capacitação dos professores em questão para a utilização da sala de recursos multifuncionais já existentes naquela localidade, ou mesmo confecção de materiais educativos adaptados, é fundamental (p.959).

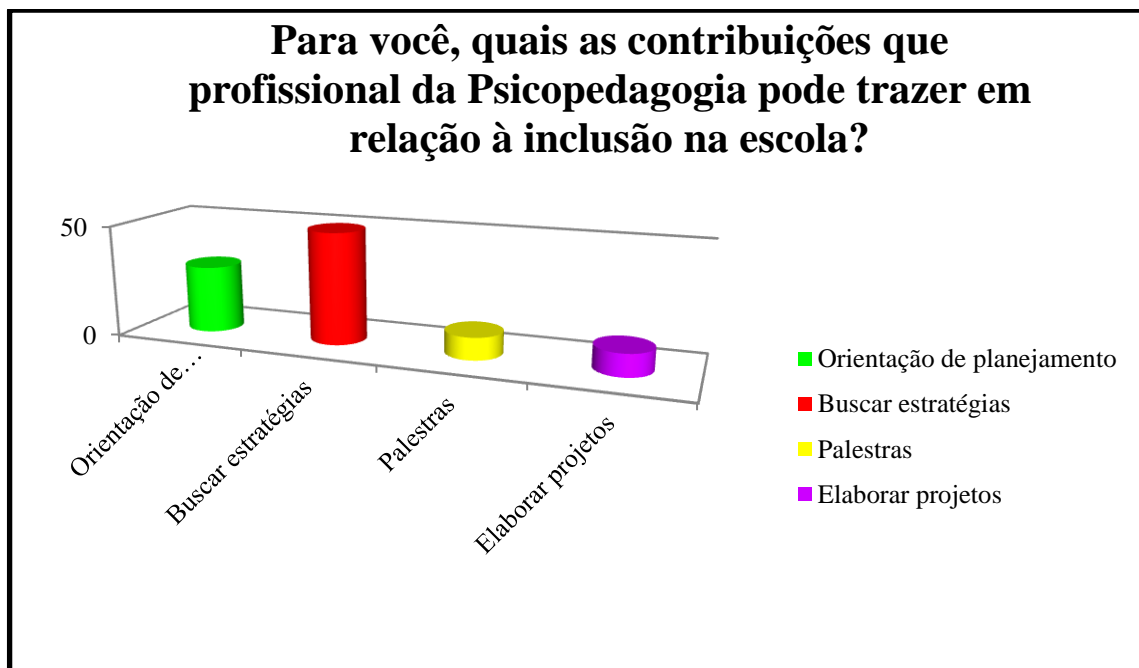
Com isso, nota-se a importância de um profissional na área da Psicopedagogia, para auxiliar esses docentes em seu meio escolar, pois, a educação inclusiva contará com mais um profissional para fazê-la acontecer para além dos ditames legais e assim possa conseguir firmar um alicerce sólido para a inclusão das pessoas com deficiência dentro dessas instituições.

E por último para fechar este quesito, também foi abordada a questão das palestras explicita na fala da participante A “Antes de tudo tornar conhecido o tema inclusão a partir de palestras com a participação de toda a equipe pedagógica; Cursos de capacitação para Educação Especial para que haja mais propagação sobre as diferentes patologias”, pois é de suma importância que estes docentes procurem sempre que puder ir para palestras e assim renovar um pouco mais dos seus conhecimentos, como diz Chaves (2014) “[...] pensar em uma educação inclusiva significa, antes de tudo, respeitar a diversidade das pessoas”. Nesse sentido, mostrando alguns pontos que devem ser considerados. É preciso saber como se dá o processo de desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino-

aprendizagem; utilizar-se de novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda a comunidade escolar e também a não-escolar.

No que se refere a sétima e última questão, proposta no questionário onde foi colocado “para você, quais as contribuições que o profissional da Psicopedagogia pode trazer em relação à inclusão na escola” foi possível identificar quatro (04) categorias em meio às falas dos docentes, ilustradas a seguir:

Gráfico7: Opiniões dos participantes referentes a sétima e última pergunta



Fonte: Pesquisa de levantamento

De acordo com os dados categorizados nesta questão foi possível identificar os seguintes pontos: Buscar estratégias, orientação de planejamento, palestras e elaborar projetos. Mediante a estes dados foi identificado como categoria central à **busca de estratégias** que será exposta logo abaixo com o recorte da fala de um desses participantes e logo a seguir viram os outros pontos que também categorizaram neste quesito.

Em relação a esta pauta, na fala da participante I “Diversas contribuições uma vez que o psicopedagogo vai criar estratégias para que o professor desenvolva melhor o seu papel de educador”, com isso pode-se notar que esses professores necessitam de uma ajuda para que possa lhe dar suporte e confiança de enfrentar realmente a inclusão dentro da Educação Infantil, pois para que a sala de aula seja inclusiva deve-se propor um novo arranjo pedagógico: “[...] diferentes dinâmicas estratégias de ensino para todos, e complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A escola, a sala de aula e as

estratégias de ensino é que devem ser modificadas para que o aluno possa se desenvolver e aprender” (BRUNO, p. 18). Sendo assim, é preciso que o psicopedagogo junto a estes docentes desenvolva ações que possa proporcionar momentos de aprendizados para todos, e perceberem que se esta modalidade de ensino deu certo tentar adaptá-la para um modo que possa alcançar o objetivo central, que o educando consiga desenvolver o seu aprendizado, por isso importância das estratégias de ensino.

Depois vê as orientações de planejamento destacada na fala da A “O papel do Psicopedagogo será muito importante na orientação de planejamentos mensais com educadores cuja sala de aula tenha crianças com deficiência, instruindo-o como criar estratégias para incluí-los sem diferenças; Propor oficinas para confecção de recursos construídos de acordo com as necessidades. Promover palestras com toda equipe pedagógica sobre o tema Inclusão”, que tanto destacou a orientação de planejamento como promover palestras que favoreçam o crescimento do aprendizado desses professores, e assim possam se sentirem mais seguros quando se tratar da inclusão escolar, Mantoan (2011) diz o seguinte:

O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades são reconhecidas, mas não conduzem/restringem o processo de ensino, como comumente acontece. Para ensinar a turma toda, independentemente das diferenças de cada um dos alunos, temos que passar de um ensino transmissivo para uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, conexional, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber (p. 62)

Portanto, para alcançar o sucesso na inclusão o professor necessita desenvolver um olhar diferenciado, apreciar os seus educandos como não como defeito, incompletude, mas como pessoas com possibilidades diferentes, com algumas dificuldades, que, muitas vezes, se tornam desafios com os quais podemos aprender e crescer, como pessoas e profissionais que buscam ajudar o outro.

E finalizando esta categoria entra a elaboração de projetos para ajudar a desenvolver a inclusão, presente na fala da participante E “Trabalhar com a família da criança; apoio ao professor (a); Buscar estratégias junto ao professor e profissionais de saúde, e coordenador pedagógico e elaborar projetos na escola para trabalharem com a criança e a família”,

É difícil encontrar escolas em que seu planejamento anual não trabalhe com projetos, que possui a capacidade de reunir em um único assunto as diversas áreas de conhecimento: matemática, leitura, artes, música e outras, incluindo o lúdico, tornando-se assim mais prazeroso para a criança. Os projetos são

uma forma de responder os desafios e dificuldades encontradas no grupo. E é uma excelente etapa para juntar comunidade, escola e principalmente a família através de contribuições (MUSSALLAM, p.13).

O fazer psicopedagógico tem como foco principal trabalhar os elementos que envolvem a aprendizagem de modo que os vínculos constituídos sejam sempre bons. A relação lógica entre sujeito e objeto deverá ser construída positivamente para que o processo ensino-aprendizagem seja de alguma forma saudável e prazerosa. O desenvolvimento de atividades que ampliem a aprendizagem é extremamente importante, por meio dos jogos e da tecnologia que está ao alcance de todos.

Então, há a busca da relação dos interesses, raciocínio e informações que fazem com que o educando atue operativamente nos diferentes níveis de escolaridade. Pois, a educação deve ser enfrentada como um processo de construção do conhecimento que ocorre como uma complementação, cujos lados constituem de educador e educando. Para Fagali; Vale (1993, *apud* LOPES, 2011) “[...] trabalhar as questões pertinentes às relações vinculares professor-aluno e redefinir os procedimentos pedagógicos, integrando o afetivo e o cognitivo, através da aprendizagem dos conceitos, nas diferentes áreas do conhecimento”.

Portanto, a partir da análise dos resultados obtidos nos questionários, nota-se a importância não só da teoria, mas também da prática psicopedagógica no cotidiano escolar, pois a mesma não só contribui para uma maior compreensão do desenvolvimento afetivo e cognitivo dessas crianças, mas também como auxiliadora da própria prática pedagógica do docente, contribuindo assim para o crescimento de todos os envolvidos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados e dados coletados no estudo de levantamento, foi possível notar que a maior parte dos docentes almeja uma melhoria na dinâmica pedagógica, pois, para esses professores a maior dificuldade para que a inclusão realmente aconteça relaciona-se as questões curriculares e ao próprio formato da escola regular. Deste modo, percebemos que as mudanças são essenciais para inclusão escolar de alunos com deficiência na Educação Infantil e que exige esforço de todos.

A educação inclusiva necessitará ter um caráter amplo e complexo, favorecendo a construção ao longo da vida, e todo educando, independente das dificuldades, poderá beneficiar-se dos programas educacionais, desde que sejam dadas as oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas habilidades. Isso exige do professor uma mudança de postura além da redefinição de papéis que possa assim beneficiar e realmente concretizar o processo de inclusão nesta modalidade de ensino.

Deste modo, pode-se perceber que as mudanças são essenciais para que a inclusão aconteça e que exige esforço de todos, de toda a comunidade, principalmente dos docentes e da equipe pedagógica. Portanto, para que a inclusão seja uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além da política e práticas pedagógicas.

A partir deste ponto, reconhecemos como a Psicopedagogia se faz necessário para que aconteça o processo de inclusão na realidade escolar, pois o psicopedagogo pode orientar os docentes sobre o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada educando, respeitando a singularidade de cada indivíduo, pois cada um tem o seu modo de aprender e seu ritmo próprio.

É importante para o processo inclusivo ter um psicopedagogo para que venha assessorar o professor da Educação Infantil na resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os seus estudantes, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações.

Quanto às responsabilidades da escola e da família para com o processo de inclusão escolar é um movimento de mão dupla. Pois, nenhuma dessas instâncias deve ser isentada da sua responsabilidade perante o indivíduo que não consegue aprender como as demais crianças com desenvolvimento típico, as crianças ditas “normais”.

Esperamos com esse estudo ter trazido contribuições à área da Educação Inclusiva desde a Educação Infantil e Psicopedagogia. Apesar das limitações impostas pelos entraves

normais em qualquer estudo. A limitação encontrada para realizar este estudo, foi à dificuldade de aprofundamento do mesmo, o tempo para arrecadar todos os questionários, como também alguns professores que se recusaram a participar da pesquisa alegando que nem sabia o que era a “inclusão”. Para explanação de estudos futuros, indicamos um maior aprofundamento nesse sentido.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **INCLUSÃO**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: WAK Ed., 2012.

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MAZINI, E. J. **Educação especial**: temas atuais. Marília: UNESP: Marília - Publicações, 2000, p. 1-9.

BARROS, K. R. S; OLIVEIRA, S. S. **Desafios e dificuldades na formação do professor diante de alunos com deficiência inseridos em salas regulares**. In: SEMANA DA EDUCAÇÃO PEDAGOGIA 50 ANOS: DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, n. 14, 2012, Londrina. *Anais...* Londrina, 2012.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgado dia 5 de agosto de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 168 p. (Série Legislação Brasileira)

_____, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Recuperado em 11 de junho de (2001).

_____, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica**: censo escolar 2004. Brasília, DF: O Instituto, 2004.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN, nº 9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. v. 1, 2 e 3, Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____, Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Infantil – DPE/SEB Eplanada dos Ministérios. **Revista Criança**: do professor de Educação Infantil. Brasília: MEC, 2007.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

_____. **DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

_____. **PNE - Plano Nacional de Educação – 2011/2021**. Dispõe sobre o a educação Brasileira no decênio 2011 a 2021. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRUNO, M. M. G. **Educação Infantil: saberes da inclusão**. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAIADO, E. C. **A importância da parceria família e escola**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/sugestoes-pais-professores/a-importancia-parceria-familia-escola.htm>>. Acesso em: 27 de jul. 2014.

CAMPÃO, D. dos S.; CECCONELLO, A. M. A contribuição da Educação Física no desenvolvimento psicomotor na Educação Infantil. Buenos Aires: **Revista Digital**, ed. 13, n. 123, 2008.

CANDAU, V. M. F. (org.) **Reinventar a escola**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARDOZO, A. S. M. S. **A Atuação do Psicopedagogo na Escola Inclusiva**. Niterói – Rio de Janeiro, 2011. 49p. Monografia (Especialização em Psicopedagogia).

CHAVES, S. **Inclusão para todos**. Disponível em: <<http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/37/inclusao-para-todos-308482-1.asp>>. Acesso: 25 de jul. 2014.

COSTA, V. de F. da. **Inclusão, sem risco de excluir**. Olinda, PE: Babeco, 2009.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, Gládis E. P. da S (org.). **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DRAGO, R. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: ed. Wark, 2011.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: ed. Liber, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas SA, 2002.

GOES, A.C.M. de. **Educação Inclusiva de Alunos com Deficiência: Direito à diversidade**. Disponível em: <<file:///C:/Users/ALAN/Documents/2281-5182-1-PB.pdf>>. Acesso: 22 de jul. 2014.

GONÇALVEZ, L. S. **Psicopedagogia: Formação, Identidade Atuação Profissional**. Campinas, SP, 2007. 68p. Monografia (Especialização em Psicopedagogia).

GUIMARÃES, C. Sobre a intervenção psicopedagógica clínica e a inclusão. In: LAMOGLIA, A. (org.) **Como ensinar na ausência de pressupostos sobre como aprender?** Rio de Janeiro: Unirio, 2009. P.194 – 208.

HEIDRICH, G. **Educação Infantil no Brasil: cem anos de espera**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/educacao-infantil/educacao-infantil-no-brasil/educacao-infantil-brasil-cem-anos-espera-540838.shtml>>. Acesso: 29 de jul. 2014.

KUHLMANN JR, M. **Histórias da educação infantil brasileira**. São Paulo: n.14, 2000.

LAPLANE, A. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra.** Campinas: Educ. Soc, v. 27, n. 96, out. 2006 p. 689-715.

LOPES, J. P. **A formação de Professores para a Inclusão Escolar de Estudantes Autistas: Contribuições Psicopedagógicas.** Brasília, 2011. 44p Monografia (Conclusão de Curso).

MANTOAN, M. T. E. **O direito à diferença nas escolas: questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências.** Campinas: Revista Educação Especial, v. 23, 2004.

MARTINS, L. de A. R.; PIRES, José; PIRES, Gláucia N. da L. et al. **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008.

MIRANDA, E. **A influencia da relação professor-aluno para o processo de ensino aprendizagem no contexto de afetividade.** Disponível em: <<http://www.yumpu.com/pt/document/view/12559501/1-a-influencia-da-relacao-professor-aluno-para-ieps>>. Acessado: 15 de maio 2014.

NASCIMENTO, R. P. **Preparando professores para Promover a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>>. Acesso: 28 de jul. 2014.

NEVES, M. A. M. Psicopedagogia:Um só termos e muitas significações. **Revista da ABBPp**, São Paulo v. 10, n. 21, 1991 (1987).

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. **Revista de Educación**, n. 350, p. 203 – 218, 2009.

PONTES, I. A. M. Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim. **Rev. Psicopedagogia**. São Paulo, v.27, n.84, p. 417-427. 2010.

RAMOS, R.**Passos para a inclusão.** São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SANCHES, I. Compreender, agir, mudar, incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. **Revista Lusófona de Educação**, 5, 2005, p. 127-142.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Espanha: INCLUSÃO - **Revista da Educação Especial** - Out/2005.

SANTOS, A. M. X. et al. **A importância da formação continuada para uma atuação docente reflexiva.** Teresina: Jornal da Educação, 2011.

SANTOS, M. P. dos; FRAZÃO, L. P. **INCLUSÃO: Respeito às diferenças.** Niterói – RJ: Cadernos Pestalozzi, v.2, n.3, 2000.

SASS, O. Problemas da educação: o caso da Psicopedagogia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p.1363 - 1373. 2003.

SEKKEL, M. C. **A construção de um ambiente inclusivo na educação infantil**: relato e reflexão sobre uma experiência. São Paulo: Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2003.

SEKKEL, M. C.; ZANELATTO, Raquel; BRANDÃO, Suely de B. **Ambientes inclusivos na educação infantil**: Possibilidades e impedimentos. Maringá: Psicologia em Estudo, v. 15, n. 1, p. 117-126, 2010.

SILVA, D. M. P. **Contribuições do psicopedagogo na inclusão do aluno surdo em sala de aula**. São Paulo, 2008. Monografia (Especialização em Psicopedagogia).

SILVA, G. **A importância do trabalho multidisciplinar**. Disponível em: <<http://www.nucleoreviver.com/artigos-/fonoaudiologia/a-import%C3%A2ncia-do-trabalho-multidisciplinar/>> Acesso: 31 de jul. 2014.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, Maria A. **Deficiência Mental e Família**: Implicações para o Desenvolvimento da Criança. Brasília: Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 17 n. 2, 2001, p. 133-141.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: Um guia para educadores. trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, Juan J. M (org.). **Educação especial**: em direção à Educação Inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. (Visca)

VYGOTSKY, L. S; LURIA, A R. **Estudos sobre a história do comportamento**: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Fundamentos da Defectologia** – Obras Completas – tomo cinco. Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente** – o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 6ª ed., 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

APÊNDICES E ANEXOS



ANEXO I TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Prezado (a) participante

Esta pesquisa é sobre **A INTERFACE DA PSICOPEDAGOGIA FRENTE Á INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Esta está sendo desenvolvida por Graciara Alves dos Santos Araújo, aluna do **Curso de Graduação em Psicopedagogia** do Centro de Educação da UFPB, sob a orientação da Prof^a. Ms. Márcia Paiva de Oliveira.

Os objetivos desta pesquisa são investigar o delinear possibilidades de intervenção psicopedagógicas para inclusão na educação infantil e assim conhecer a concepção de professores da educação infantil sobre a inclusão de crianças com deficiência; Identificar alternativas de ação interventiva adequada à Educação Infantil; Discutir a ação do psicopedagogo como agente orientador de docentes no processo da inclusão na Educação Infantil. A finalidade deste trabalho é trazer dados para novas pesquisas, não só na área da Educação e Psicopedagogia, mas em outras áreas do campo das Ciências Humanas.

Solicitamos a sua colaboração no sentido da participação, bem como a sua autorização para apresentar este estudo em eventos da área de Educação e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, o seu nome será mantido em sigilo. Informamos que esta pesquisa não oferece riscos previsíveis.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e, portanto, não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida que não deve mais participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Assinatura do participante da pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a Pesquisadora responsável: MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA.

Telefone: 88070410

Endereço (Setor de Trabalho): Departamento de Psicopedagogia/CE/UFPB, Campus I.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE I
DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Sexo: Feminino Masculino

Idade: _____

Estado civil: _____

Escolarização: _____ Ano de conclusão: _____

Graduação em: _____ / Ano de conclusão: _____

Área de atuação: _____

Há quanto tempo atua como professor (a)? _____

Participa ou já participou de cursos de formação continuada sobre Educação Inclusiva?

_____.

Caso participe/ou indique o período: _____

Questões abertas

1. O que você entende como inclusão escolar?
2. No seu ponto de vista, que benefícios a inclusão na Educação Infantil pode trazer para as crianças?
3. Para você, qual o maior problema das escolas quando o assunto é inclusão escolar?
4. Em uma escala de 0 à 10 como você avalia a preparação das escolas com relação aos alunos deficientes? Justifique.
5. Para você, qual a vantagem para um aluno sem deficiência estudar ao lado de uma criança com deficiência?
6. Que tipo de ação você sugeria, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?
7. Para você, quais as contribuições que profissional da Psicopedagogia pode trazer em relação a inclusão na escola?

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!